TRIBUNA FEIRENSE

Compromisso com a verdade

www.tribunafeirense.com.br FEIRA DE SANTANA, SEXTA-FEIRA 12 DE JUNHO DE 2015 ANO XVI - Nº 2.537 R$ 1

ATENDIMENTO (75)3225-7500

Feirense não é sangue bom

Não é preconceito. É cautela do Ministério da Saúde, por causa da epidemia de chikungunya. Quem passou por Feira tem que esperar 30 dias antes de doar sangue em outra cidade. Quem vive na cidade e quer doar, pode, mas passa por uma investigação. As doações despencaram.

A imundície no cemitério de carros do Complexo Policial contribui para a proliferação de mosquitos que assolam o bairro Jomafa

4

Dom Itamar fica

A convite do seu substituto, Dom Zanoni, o arcebispo Dom Itamar decidiu que vai permanecer na cidade depois da aposentadoria, que deve sair até o fim do ano.

13

Kim cata Dilma e o PT

Aonde o PT vai, o Kim Kataguiri vai atrás. O jovem líder liberal quer ver a presidente Dilma fora do poder e espera influenciar eleitoralmente na formação de uma bancada liberal, afinada com o pensamento do Movimento Brasil Livre. Ele veio à Bahia liderar um protesto no Congresso do PT e falou à Tribuna Feirense.

7

Clínicas e hospitais multados pelo Cade

Acusados de cartel pelo órgão de defesa da concorrência do Ministério da Justiça, clínicas e os hospitais particulares Emec e São Matheus foram multados em quase R$ 11 milhões. A associação do setor disse que o Cade está errado e a multa pode inviabilizar urgências e emergências.

5

César Oliveira

Bodega do Leegoza

cesaroliveira@tribunafeirense.com.br

Templo do Desperdício

A Assembléia Legislativa da Bahia tem a quarta maior verba indenizatória do país, no valor de R$ 38,6 mil, atrás apenas de Mato Grosso, Roraima e Alagoas. Nilo, o pequeno, porque o grande fica no Egito, comanda os desmandos desta administração.

Inflação

8,47%. O gigante acordou. Devendo.

Aeroporto

Apesar das declarações estapafúrdias de representantes do governo de que a imprensa e os empresários torcem contra o aeroporto local, isto é uma mentira. Todos vibraram com o começo das operações, fizeram divulgação gratuita para a empresa Azul, apesar da forma de meia boca eleitoral com a qual ele foi feito, incluindo o calor infernal da sala de espera por não ter ar condicionado e a inacreditável situação de terem feito uma pista sem cabeceira que obriga o avião a ser empurrado por um trator, algo que quase beira o anedótico.

O feirense aderiu em massa ao vôo dando-lhe ocupação de 96%. Apesar disto a Azul cancelou o lógico vôo para Campinas sem esclarecer de forma honesta, limpa e transparente as razões. O que supomos é que o incentivo dado pelo governo não está sendo suficiente para tornar a operação lucrativa, então ela mudou para Belo Horizonte porque o vôo fica mais curto e econômico. Queremos a volta do vôo direto e torcemos pelo sucesso do nosso campo de pouso atual. O resto é conversa fiada para conduzir bovinos aos amplexos de Morfeu, ou seja, para boi dormir.

Dependência

Com o governo federal e estadual quebrados em banda e o corte de verbas, fica evidente a dependência que os municípios têm do governo federal, inclusive Feira de Santana. Diversas obras ficaram paradas, como o Mercado de Arte, mostrando que a prefeitura entrou basicamente com as placas e a gerência; programas sociais foram suspensos. O pacto federativo precisa ser revisto porque esta acumulação no poder central enfraquece a prática política democrática.

Inflação a 8,47%

Espero que assim que comece a sentir o peso da cesta básica, a falta do emprego, a queda na comissão de vendas, e tenha que cortar o lazer, dormir sem ar, reduzir a feira, eliminar os passeios e viagens, tirar o filho da escola privada, voltar a andar de ônibus, ter o crédito suspenso, economizar a água do banho, fazer as unhas em casa, o brasileiro - o povo mais difícil do mundo de cair a ficha - enfim entenda o tamanho da incompetência administrativa do governo Dilma, a recessão, o rombo em que estamos, e então saia do marasmo e vá pra rua cobrar os políticos. Antes de acabar na rua. Até porque, com os preços dos alimentos, daqui a pouco as panelas só servirão para protesto.

Leão enjaulado

O desclassificado vice-governador da Bahia, João Leão, esteve na Polícia Federal depondo sobre a citação de seu nome na Operação Lava-Jato (acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro). Ao que parece, o Leão não está mais "cagando e andando na cabeça destes cornos todos".

Ação

Embora de eficácia limitada foi positiva e correta a ação do deputado Zé Neto de levar um grupo de representantes comerciais feirenses a Brasília para tentar destravar repasses e investimentos. Ao menos, está se mexendo.

JULIANA VITAL

Lênio Braga e a Rodoviária

É inadmissível que o painel de Lênio Braga, na Rodoviária, esteja desabando, conforme denúncia desta Tribuna, apesar de tombado pelo Patrimônio Histórico. E sob o olhar complacente da Sinart. É preciso medidas urgentes dos órgãos de controle e manutenção antes que a tragédia prossiga.

Mensalão tucano

Apenas esta semana o processo do mensalão tucano (PSDB) voltou a andar na Justiça, depois de 11 anos. É vergonhosa a cumplicidade judicial para acobertar os desmandos de certo grupo político.

Biografias não autorizadas

A liberdade venceu! O direito à informação foi preservado e os artistas, liderados pelo obtuso Roberto Carlos e seus seguidores como Caetano Veloso e Chico Buarque, foram derrotados. Qualquer causa defendida por Kakay em que ele perde leva a uma vitória extra da sociedade.

Reforma eleitoral

Uma reforma eleitoral que só será completamente instalada em 2027 é uma insanidade existencial. Mandatos de cinco anos para presidente, governador, deputado e Senador foi uma boa medida, mas não há porque não passar a valer na eleição de 2016 e sim na eleição de 2022. Absurdo. E acho melhor eleição de dois em dois anos do que a coincidência geral. Melhor a pressão eleitoral, a imprensa na vigilância, e povo referendando em períodos mais curtos do que a desaceleração que eleições de cinco em cinco provocam. O desastre da reforma, por enquanto, está na manutenção das coligações, na preservação da aberração que é o suplente de senador, sem voto, e fazer mais uma eleição com as regras atuais para só então fazer a mudança em 2022, já em outra década.

Pra não dizer que não falei das flores

Marta, maior artilheira mundial do futebol feminino em Copas

Outlet América por colocar aqui a maior roda gigante do Nordeste

Mostra de Cinema na UEFS

Sucesso da peça da global Fernanda Souza no teatro feirense

O sucesso da Bahia Farm Show em Luís Eduardo Magalhães

O projeto de reforma de 100 mil casas de ACM Neto

@cesaroliveira10

@Qualquer sexualidade exposta excessivamente exibe apenas a confusão entre erotismo e pornografia

@O governo da Bahia só não está no soro porque está em falta em todas as unidades de saúde

@Do jeito que as universidades andam formando, acho que os alunos terão de trocar logo o juramento por uma confissão

@Torcedoras da Venezuela ficaram nuas em apoio à seleção. Lembro às feirenses que o Flu tem partida decisiva domingo no Jóia da Princesa

@Temer disse que Levy deve ser tratado como Cristo. Então, está mais que na hora da gente crucificá-lo

@Acho a homofobia abominável, mas me impressiona como a questão gay ocupa espaço desproporcional na mídia

@Indústria de colchões protesta por concorrência desleal de Dilma na fabricação de espuma

@O cumprimento da noite e da saia das mulheres nunca está do tamanho que a gente quer

@Sonho de consumo: empréstimo do BNDES com juros cubanos e dimensão de Friboi

@Com a mãe de Cristiano Ronaldo presa e o pai de Neymar investigado ser genitor de jogador virou condição de alta periculosidade

@Depois de dizer que Dilma e Lula estão no mesmo saco que ele, fica liberado chamar Zé Dirceu de coxinha

@Juca kfouri falando de política tem a mesma expertise de Dilma narrando um jogo

Glauco Wanderley
redacao@tribunafeirense.com.br

Pablo, o mais votado da eleição de 2012, troca o PT por Ronaldo

Neste sábado (13), o vereador Pablo Roberto oficializa sua entrada no PMDB, e ao mesmo tempo no grupo político de José Ronaldo, ao qual na prática já não faz oposição na Câmara há um bom tempo. Ao contrário, apareceu nos últimos meses em eventos diversos ao lado do prefeito e até já emplacou aliados no governo municipal, como o atual coordenador da Defesa Civil, Pedro Américo Lopes.

A eleição de 2016 se aproxima e Pablo avalia que não havia mais chance de sobrevivência política para ele no PT, onde perdeu a possibilidade de amparar aliados desde a perda do comando do Melo Matos e Case Zilda Arns, instituições que lidam com menores infratores. Até meados de 2013, as instituições eram dirigidas por pessoas indicadas por Pablo, mas foram retomadas pelo deputado estadual Zé Neto, no que acabou se transformando em um confronto levado à delegacia, ao diretório estadual do PT e até a Brasília, na secretaria de Direitos Humanos.

Hoje o processo que Pablo moveu contra Zé Neto dorme nas gavetas do Judiciário, onde deverá permanecer para sempre, agora que a disputa entre ambos na mesma agremiação se encerra. Ocorreu que surgiram boatos de que Pablo teria encomendado a morte de um menor e do então novo diretor do Zilda Arns, boatos que Pablo acusava Zé Neto de ter espalhado, daí o processo.

A história morreu mas por ela se calcula a que ponto chegou a desavença entre os dois. Mesmo assim, Pablo diz que esperou até este ano para se definir porque aguardava mudanças no PT com a chegada de Rui Costa ao poder, esperança que não se concretizou. Ele entende que nem mesmo em outro partido da base de apoio ao governo estadual haveria condições para dar continuidade à sua carreira política.

Desde sempre, a vida do hoje vereador foi ligada à militância política, inicialmente por meio de organizações estudantis e associações de moradores. Mas a primeira eleição disputada foi a de 2012 pelo PT, na qual seus 7.592 votos lhe deram a posição de mais votado para a Câmara na história da cidade. Antes do PT, no qual entrou em 2007, Pablo estava no PDT, junto com o grupo político do qual faziam parte Ângelo Almeida e Sérgio Carneiro.

A escolha do novo partido é justificada de várias maneiras. Aproximação com Colbert Martins, conveniência das regras eleitorais e também o constrangimento de alguns apoiadores que deixarão o PT junto com o vereador e não gostariam de migrar para um partido totalmente identificado com a direita, como o DEM.

Aderindo agora a José Ronaldo, Pablo garante que vai continuar olhando para a cidade de modo crítico, procurando aquilo que possa ser melhorado na gestão municipal. Entre estas questões, destaca a situação do comércio ambulante, do transporte coletivo e sobretudo do planejamento da cidade "para os próximos 20 ou 30 anos".

Quando ainda fazia oposição, Pablo apontava a necessidade do prefeito se empenhar pessoalmente pela implantação de um campus da UFRB, assunto que se arrasta há anos. A verba para construção estava liberada, mas a obra jamais começou porque nunca se definiu uma área (o governo do estado anunciou que parte da Fazenda do Menor seria destinada a este fim. A área é bem menor do que a UFRB pleiteava, mas foi aceita mesmo assim. Entretanto, seguindo o padrão das ações do governo estadual, a iniciativa não foi adiante). Pablo diz que a instalação da UFRB continuará sendo uma preocupação sua.

O evento de ingresso do vereador no PMDB (8 da manhã no restaurante Kilogrill) deve ter ares de grande acontecimento político e espera-se a presença de lideranças políticas estaduais).

Vereadores fogem do debate do Plano Diretor

Os vereadores são tão relapsos no cumprimento de suas funções que na audiência pública para discutir Plano Diretor quarta-feira (realizada a pedido de manifestantes que estiveram na Câmara em março), estavam presentes Correia Zezito e Alberto Nery (membros da comissão permanente responsável pela audiência, sem os quais não poderia ocorrer a discussão) e além destes somente Neinha, Beldes Ramos, Edvaldo Lima e Isaías de Diogo. Pouco mais do que o número de ex-vereadores presentes (Ângelo Almeida, Marialvo Barreto e Roberto Tourinho).

O público encheu a galeria da Câmara, mas a maior parte dos vereadores se omitiu da discussão (o plenário está cheio com os convidados. Não são vereadores)

O comparecimento à audiência foi grande de outros personagens importantes na discussão, como opositores (lá estava o ex-candidato a prefeito Jhonatas Monteiro, do Psol) e membros do governo (além do citado Tourinho, secretário de Meio Ambiente, compareceu o secretário de Planejamento, Carlos Brito). Brito disse que serão 15 audiências públicas para o Plano Diretor. O que se se confirmar demonstrará um procedimento muito mais aberto ao diálogo por parte do governo.

No caso do BRT, foram apenas duas audiências públicas e sobre a concessão do Transporte Coletivo, uma única. Isso por pressão do Ministério Público, numa tentativa de remover obstáculos legais que os promotores vinham ameaçando colocar.

Lázaro promove discussão acerca da segurança

Redução da maioridade penal, estatuto do desarmamento, federalização da segurança pública e a criminalização da utilização de menores na prática de crimes. Estes temas serão abordados em uma reunião que o deputado federal Irmão Lázaro (PSC) promove no dia 15, a partir das 14 horas, no hotel Íbis.

MBL deseja uma greve geral

Na reunião que teve com um grupo de seguidores em Feira de Santana, Kim Kataguiri, do Movimento Brasil Livre, disse aos que cobraram ações mais contundentes contra o governo Dilma, como uma greve geral, que o grupo gostaria de fazer isso, mas aguarda uma piora das condições econômicas. A previsão de Kim é oposta à de Joaquim Levy. Ele, que fazia faculdade de Economia mas largou o curso, acha que a situação econômica vai piorar muito, com uma quebradeira de empresas e consequente desemprego, o que criaria a insatisfação necessária para uma greve geral ganhar adesão maciça. No movimento sindical os opositores do governo federal contam hoje apenas com a Força Sindical, de Paulinho Pereira.

ASSIM FALOU

ZÉ NETO, líder do governo na Assembleia Legislativa

"O PT está passando uma dificuldade, porque estamos no governo, existe uma crise mundial e a direita está bem articulada com a grande mídia e tá batendo na gente"

parece que o partido não tem qualquer culpa pelo descrédito que sofre

CARLOS GEILSON, deputado estadual

"Este realmente transforma a vida da população desta cidade"

elogiando o prefeito de Salvador, ACM Neto

DILTON COUTINHO, radialista

"Sou radialista e agora não vou tirar o foco do meu negócio, que é a comunicação"

praticamente descartando uma candidatura a prefeito, cujo rumor foi intenso nos últimos dias

Doação de sangue feirense é vista com reserva no Hemoba

JULIANA VITAL

Todas as centrais de captação de doação de sangue, sejam em clínicas ou hospitais particulares ou públicos, estão adotando medidas preventivas para receber sangue de pessoas que moram em Feira ou passaram pela cidade nos últimos 30 dias. É o que afirma a coordenadora do Hemoba em Feira de Santana, Nilza Azevedo.

A portaria 2712 do Ministério da Saúde afirma que qualquer pessoa proveniente de uma área epidêmica de Chikungunya (como Feira), só pode doar sangue em outra cidade 30 dias após a visita à cidade contaminada.

Para quem vive dentro da área endêmica, os locais de captação de sangue estão fazendo uma triagem diferenciada e bastante rígida para evitar algum tipo de contaminação.

Estamos apurando em Feira qual o bairro da pessoa e se há casos na família ou próximos. Além disso, ainda pedimos que caso a pessoa venha apresentar algum sintoma depois, entre em contato com a unidade até os 8 primeiros dias após a doação, detalha. A medida acaba reduzindo a quantidade de doações. Nilza lembra que quem teve Chikungunya só pode doar sangue 6 meses após todos os sintomas terem desaparecido.

No mês passado houve um número elevado de doadores considerados inaptos após a triagem. "A média de coleta chegava a 450 bolsas por mês. Tivemos queda de pelo menos 100 bolsas, em maio. Estamos usando bolsas que recebemos de outras unidades para tentar suprir esta falta", comenta Nilza.

Apesar desta situação, Nilza afirma que ainda não há testes laboratoriais para ajudar na triagem, e o trabalho tem sido feito através de acompanhamento do boletim epidemiológico do município, para ter conhecimento de lugares onde haja a doença. Só que o último boletim, que era divulgado semanalmente pela secretaria municipal de Saúde, saiu em 18 de maio. A Tribuna Feirense tentou por dois dias contato com a Vigilância Epidemiológica para saber o motivo, mas não conseguiu falar. Foi alegado que o pessoal estava em treinamento.

O Hemoba tem reforçado campanhas para coleta de sangue em municípios onde não haja a doença, fora da área de Feira, como o Jiquiriçá (dia 16), Mutuípe (17) e Laje (18).

Vizinhos do Complexo no Jomafa sitiados pelas muriçocas

DENIVALDO COSTA

A montanha de carcaças de carros e motos no Complexo só serve para acumular sujeira e mosquitos

JULIANA VITAL

Raildo trabalha com uma raquete para fugir das picadas

Rodeado por um canal de esgoto e com áreas de mato, o conjunto Jomafa é terreno fértil para os mosquitos, que interferem na rotina de moradores e comerciantes. A situação se agrava com o acúmulo de carros, a sujeira e o mato alto do complexo policial Investigador Bandeira.

Para Marcio Lino, presidente da Associação dos despachantes, tipo de comércio muito presente ao redor do Complexo Policial, a infestação traz prejuízos econômicos severos. Tenho 9 funcionários, a maioria já pegou zika e dengue, estamos tentando solucionar isso pra que um próximo não venha adoecer e eu também não fique sem funcionário na empresa, reclamou. Com a sujeira do Complexo, surge também o risco de contaminação por ratos, que ele garante serem bastante comuns na área.

Em relação aos mosquitos, no final da tarde a situação piora. Quem não tem ar condicionado, tem que fechar as portas mais cedo. "Eu tenho mais de 30 dias com dores e fiquei pelo menos dois dias sem conseguir trabalhar por causa da chikungunya. Até hoje sinto dores. Tem dias piores que outros e há dias em que a maioria precisa fechar as portas antes das 18h. Já fizemos muitos abaixo assinados, mas nunca nada foi feito, comenta Raildo Castro que está doente, e teve também o irmão Sidney Castro atingido pela chikungunya.

Para os moradores, que permanecem muito além do horário comercial, é bem mais difícil. Iranice Simões afirma que sofre bastante com os mosquitos. O Aedes Aegipty, transmissor da dengue, chikungunya e zika, causou um estrago na família. Meu esposo pegou chikungunya e minha filha também. Devido aos carros abandonados, fica juntando água ali no Complexo. À tarde é muito complicado trabalhar, porque tem muito mosquito, o foco é demais. Afeta todo mundo aqui na região, afirma.

Ninguém consegue dormir por causa das muriçocas, o governo faz tanta propaganda pra combater este mosquito mas não vejo fazer nada, reclama o morador Valtemir Lima.

O mosquito até botou morador para correr. "Morei no bairro prisioneira na minha própria casa. Sempre ficava tudo fechado. Tive meus filhos lá e eles pequenos não podiam sair em determinados horários porque as muriçocas atacavam, eles viviam com repelente. Mesmo durante o dia tinha muito mosquito, tinha tela em toca a casa mas mesmo assim era um transtorno. Essa era a realidade de todas as casas no condomínio onde morei, todas as casas fechadas a maior parte do tempo, comenta Lay Ribeiro que se mudou há pouco menos de um ano.

No dia em que a Tribuna Feirense esteve no Jomafa, passou um carro da Funasa com o equipamento do fumacê, enviado pela Dires. Segundo o operador Carlos Milton, eles foram ao Complexo a pedido do delegado regional João Uzzum.

O delegado disse à Tribuna Feirense que a limpeza da área está sendo providenciada. O Detran programou uma série de leilões na próxima semana para o esvaziamento dos pátios. Mas nenhum será em Feira. O primeiro foi em Teixeira de Freitas ontem (11) e os demais serão em Conceição do Coité (15), Alagoinhas (16), Juazeiro (18) e Irecê (19).

Hospitais e clínicas de Feira multadas em R$ 10,9 milhões

Emec, São Matheus, Sobaby, Cliort e Clínica Santa Cecília foram condenados em Brasília na quarta-feira (10) em julgamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, órgão do Ministério da Justiça que defende a livre concorrência. A soma das multas aplicadas a eles chega a R$ 10,9 milhões (Processo Administrativo 08012.000377/2004-73). Neste valor estão incluídas também as multas contra a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB) e o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA).

As investigações do Cade contra os prestadores de serviços médicos de Feira de Santana tiveram razões diversas. Em comum, a formação de cartel, com a constatação de que as atitudes adotadas se destinam a aumentar o lucro atendendo menos gente. "O falseamento da competição, com apoio de entidades de classe, tem o potencial de encarecer os procedimentos e reduzir o número de pessoas atendidas no sistema de saúde suplementar", critica o Cade em texto divulgado pela assessoria de imprensa.

O fato das infrações envolverem praticamente todo o sistema particular da cidade foi considerado um agravante. "As infrações devem ser consideradas de elevado grau de lesão, vez que envolveram a totalidade ou quase totalidade dos prestadores de serviços de assistência suplementar à saúde em hospitais gerais, traumatologia e ortopedia, maternidade e pediatria em Feira de Santana", disse o relator do caso, Márcio de Oliveira.

Santa Cecília, Cliort, Sobaby, EMEC e São Matheus foram condenadas pelas rescisões contratuais simultâneas impostas à Norclínicas Sistema de Saúde Ltda. Todas as cartas de descredenciamento foram enviadas na mesma data, com semelhança de redação e formatação. Para o relator, isto evidenciou que a decisão foi combinada, "o que caracteriza o ilícito concorrencial".

A AHSEB e o SINDHOSBA foram condenados por, em 2007, terem enviado circular a seus associados em que recomendavam o descredenciamento da operadora GEAP. "Ficou clara a tentativa de influenciar os estabelecimentos médicos a participar dos descredenciamentos", explicou o relator.

A outra conduta condenada trata dos esforços dos hospitais EMEC e São Matheus para que os planos de saúde filiados à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS custeassem a remuneração por adicional de sobreaviso paga aos médicos-cirurgiões dos dois hospitais, em valores idênticos. A análise de correspondências do EMEC e São Matheus e das atas de reuniões comprovou a ação concertada entre eles.

RISCO À SOBREVIVÊNCIA

Em resposta encaminhada à Tribuna Feirense, a diretoria da Ahseb contesta a decisão do Cade e afirma que "em momento algum houve conduta irregular ou cartelização".

A Associação diz que o valor da multa aplicada "pode inviabilizar a continuação dos atendimentos médicos hospitalares da saúde suplementar, inclusive para urgências e emergências".

A Ahseb informou que vai recorrer administrativamente no próprio Cade e, se necessário, na Justiça, para "demonstrar que a autoridade administrativa equivocou-se na análise de argumentos processuais, desconsiderou materiais e provas apresentados pela defesa das empresas e da Ahseb, bem como ignorou características específicas do mercado de saúde brasileiro".

CORREÇÃO:

Houve um erro na matéria da edição passada sobre a mudança do voo da Azul em Feira de Santana. Com a escala em Belo Horizonte a viagem será mais demorada, porém o tempo entre Feira e Campinas aumenta de duas horas e meia para quatro horas e não seis horas, como publicado. O avião sai de Feira 16 horas, desce em BH, onde permanece por uma hora e chega a Campinas 8 da noite.

PM lança operação para melhorar segurança no Centro

Foi lançada, na manhã de quinta-feira, 11, a Operação Comércio Mais Seguro, para intensificar o policiamento ostensivo no centro comercial de Feira de Santana. A iniciativa é da 64ª Companhia Independente de Polícia Militar. A operação foi marcada pela inauguração de um módulo policial, no canteiro central da Avenida Getúlio Vargas, entre a prefeitura e a igreja Senhor dos Passos.

Segundo a polícia, está prevista a cooperação entre a PM e a comunidade. O policiamento preventivo fará "abordagens a transeuntes em atitudes suspeitas, cadastramento dos estabelecimentos comerciais em um banco de dados da 64ª CIPM e dos proprietários em uma rede de informações, com comunicações através do aplicativo Whatsapp.

Polícia vai cadastrar comerciantes e se comunicar através de Whatsapp

Serão distribuídos panfletos informativos e adesivos com os números dos telefones da Companhia Independente e da coordenação da operação. Os comerciantes também vão se reunir periodicamente com o comando para a avaliação.

O evento, encerrado com o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Bahia e de Feira, contou com as presenças do prefeito José Ronaldo, do comandante da Companhia de Policiamento Regional Leste, tenente coronel Ademário Xavier, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) Luís Mercês, delegado João Uzzum, coordenador da 1ª Corpin, secretários de Prevenção à Violência Mauro Moraes, de Governo Paulo Aquino, de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico Antônio Carlos Borges Júnior, Transportes e Trânsito Ebenezer Tuy, de Cultura, Esporte e Lazer Rafael Cordeiro, de Planejamento Carlos Brito, de Gestão e Convênios Ozeny Moraes e chefe de Gabinete Mário Borges.

Colunista social assassinado em bar

O colunista social e promotor de eventos Christy Helmayd foi morto aos 56 anos, numa briga de bar, nos primeiros minutos da segunda-feira (08). Ainda na terça-feira o delegado Jean Souza, da Polícia Civil, informou que a polícia tinha identificado o autor do crime, e iria pedir sua prisão preventiva, que não foi anunciada até a noite de ontem (11).

O delegado informou que as testemunhas relataram uma discussão entre a vítima e o autor, mas não deu detalhes sobre a motivação. As testemunhas ouvidas pela polícia são parentes do criminoso e alegaram legítima defesa.

Christy **foi morto nos primeiros minutos da segunda-feira**

A faca com a qual o assassinato foi cometido teria sido alcançada no próprio balcão do bar Senhor do Bonfim, na avenida João Durval.

Ferido no pescoço, Christy ficou sentado numa cadeira, perdendo sangue e pediu que fosse chamada uma ambulância do SAMU, que esteve no local mas não conseguiu salvar a vida.

O homicídio foi lamentado em todas as esferas da sociedade, já que se tratava de uma figura bastante popular, com participação ativa em eventos sociais e festas, das populares às mais sofisticadas.

Foram inúmeros os recados na página da vítima no Facebook, lamentando a violência contra Christy e a que atinge Feira de Santana como um todo. Como ele era assumidamente homossexual, houve quem associasse o caso a homofobia, mas nada foi divulgado que pudesse validar esta suposição.

Justiça aceita denúncia e avalia prisão preventiva de PMs

O juiz Vilebaldo Freitas Pereira aceitou a denúncia do Ministério Público da Bahia contra os PMs que participaram da ação que provocou 12 mortes no bairro do Cabula, em Salvador, em fevereiro e analisa agora se vai acatar o pedido de prisão preventiva feito pelos promotores. O processo tramita em segredo de Justiça.

Além dos homicídios, outras seis pessoas ficaram feridas durante a ação policial. Os PM's foram denunciados por homicídio qualificado e tentativa de homicídio. Os nove são da Rondesp.

De acordo com a versão policial tratou-se de um conflito contra um grupo de mais 30 homens, que pretendiam praticar um assalto a banco. Poucos dias depois, a investigação da polícia civil revelou que só dois tinham passagem pela polícia, um deles apenas por briga.

A acusação do Ministério Público apontou que laudos técnicos mostraram que pelas características dos disparos fica evidente que houve execução, com tiros a queima roupa, de cima para baixo (indicando rendição dos alvejados) e muitas balas em cada um dos corpos.

Moradores e movimentos sociais também apontaram que houve execução, o que gerou protesto de associações de PMs. Após a reconstituição, peritos da polícia civil contestaram as conclusões que embasaram a conclusão do Ministério Público e disseram à imprensa que esta hipótese não tinha sido confirmada.

Adilson Simas

Feira Ontem

O poeta contra a mãe de santo

Maria do Socorro Romão, como fazia anualmente, anunciou a presença de suas filhas de santo também na procissão de Santana, na quarta-feira, 31 de janeiro de 1979. O poeta Antonio Ramos que era o presidente da parte religiosa da Festa da Padroeira, já que a prefeitura se encarregava apenas do programa profano, não concordou com a participação das baianas, seguindo-se verdadeira troca de farpas pela imprensa.

Sentindo que estava em desvantagem nas discussões, o poeta Ramos renunciou à presidência e em

nota distribuída à imprensa, criticou a neutralidade do Cura da Catedral, **Monsenhor Renato Galvão**, que ao tomar conhecimento do teor da renúncia, reagiu mordendo as gengivas:

- Nunca recusei nem muito menos impedi a livre associação ao préstito e, sobretudo em praça pública...

Antes do prefeito, peça ao juiz

Ano eleitoral, na quinta-feira 7 de março de 1972, para surpresa dos repórteres, o vereador prefeiturável Roque Aras, do MDB, sobe a escadaria do Paço Municipal, indo direto para o gabinete do prefeito Newton Falcão, da Arena.

Durante a audiência o vereador pede que o prefeito coloque à disposição do serviço eleitoral dois funcionários do Executivo, como forma de evitar as enormes filas na porta dos dois cartórios, dado o grande número de pessoas

interessadas em tirar o título eleitoral. Depois das ponderações de Roque Aras, Newton Falcão exercitou seu lado político-eleitoral e deu a resposta que a imprensa divulgou:

- Tudo bem, senhor vereador. Mas traga uma solicitação do juiz...

Como carregar um caixão

A Arena iniciou dividida as sondagens de nomes visando as eleições de 15 de novembro de 1972. De um lado o grupo do prefeito Newton Falcão sofrendo retaliações do governador ACM. Do outro o ex-prefeito João Durval querendo fazer um governo paralelo na cidade com apoio do próprio ACM, que o colocou no comando do recém inaugurado CEDIN.

Diante da divisão cada vez mais acentuada, o vereador **Paulo Cordeiro**, que nunca negou o desejo de ser prefeito,

resolveu adiar o sonho, pedindo a Augusto Matias, que era o presidente municipal do partido que retirasse seu nome da lista. Assediado pelos colegas na câmara, Paulo Cordeiro explicou sem perder o humor:

- Eu só pego em alça de caixão na frente, porque é mais leve e sai na fotografia...

O líder liberal de 19 anos que incomoda o governo do PT

GLAUCO WANDERLEY

Quem ouvir uma gravação com a voz de Kim Kataguiri defendendo suas ideias verá que se trata de um liberal (no sentido econômico da palavra) convicto e ortodoxo, daqueles que acham que o Estado deve ser enxugado ao ponto de privatizar até os hospitais, que dirá a Petrobras. Só não vai imaginar que a voz é de um menino franzino, de 19 anos, que ainda nem teve tempo de concluir uma universidade, mas virou uma pedra no sapato, eventualmente mais incômoda do que a maior parte dos ditos oposicionistas com mandato.

Kim lidera o Movimento Brasil Livre e após as grandes manifestações contra o PT e Dilma em março e abril, fez uma caminhada de São Paulo a Brasília, para entregar na Câmara um pedido de impeachment da presidente Dilma.

Assim como tem muitos seguidores, tem muita gente que o detesta. O deputado Jean Wyllys (Psol) o chamou de analfabeto político e o jornalista Paulo Nogueira, sempre empenhado em destratar quem não gosta do governo federal, acrescentou "mirim".

Kim veio à Bahia, para protestar durante o Congresso Nacional do PT e esteve em Feira de Santana, trazido pelo médico Eduardo Leite, que no plano local é um dos notórios inimigos do PT. Durante a visita, deu entrevistas no rádio e esteve na Tribuna Feirense, para uma entrevista exclusiva.

Kim ainda tem esperança de ver o mandato de Dilma

Como é possível com tão pouca idade estar à frente de um movimento político?

Comecei a me interessar pela política no colégio técnico da Unicamp em Limeira, onde estudava informática, ensino médio. No terceiro ano meu professor de História começou a dar aula sobre Bolsa Família. Num primeiro momento achei o programa bom e pensei em pesquisar, para ver como funcionou, como poderia replicar. Aí eu vi que não era nada daquilo. Toda aquela história de milhões tirados da miséria era muito mais devido ao *boom* das *commodities* e ao crescimento do país como um todo que por causa de um programa social específico. Aí fiz meu primeiro vídeo para o You Tube baseado nisso. Era só para o pessoal da sala, professor e colegas. Só que acabou se espalhando pela internet e as pessoas pediram para eu fazer mais, sobre mais temas. Aí tomei gosto, comecei a estudar sozinho, de vez em quando até matava umas aulas pra estudar autores da escola austríaca de economia. O canal foi crescendo, fui chamado para palestras. No ano passado, em uma conferência da escola austríaca de economia, em São Paulo, conheci mais gente. No segundo turno das eleições a gente decidiu fazer alguma coisa pra tentar impedir que a Dilma Roussef vencesse. Por causa dos vídeos eu já tinha conhecido o Danilo Gentili [humorista] e a gente decidiu fazer um vídeo de humor, anti-Dilma. Foi um onde ele está com um jornal do futuro, mostrando o que aconteceu após quatro anos do governo dela. Não existia o Movimento Brasil Livre mas foi com essas pessoas que a gente constituiu, depois das eleições. A primeira manifestação foi em 1 de novembro, com cerca de 5 mil pessoas, no MASP, com as pautas de liberdade de imprensa, a investigação do petrolão e o fim do subsídio do governo brasileiro a ditaduras de outros países. Dos três movimentos principais das manifestações (MBL, Vem pra rua e Revoltados on line), o que tem muitos jovens é o MBL. O coordenador estadual de Minas Gerais tem 17 anos.

Existe muito ódio e agressividade dos dois lados nos debates políticos na Internet. Você já foi ameaçado ou fisicamente agredido?

Fisicamente não. Ameaçado, sempre, todo dia. É comum. Dizem: 'vou atrás de seus pais', 'vou arrancar seus órgãos', não têm nenhum escrúpulo. Mas faz parte. Desde o começo eu sabia que a gente ia estar lidando com criminosos e militantes criminosos. É comum o ódio, e mentiras que espalham.

E quando os ataques vêm de jornalistas, que são mais articulados e ao invés de um xingamento escrevem um longo texto para lhe atacar?

A sorte até agora é que esses ataques só partiram de veículos de comunicação que não têm credibilidade e não alcançam muitas pessoas. Dependem única e exclusivamente de verbas estatais. Como não vivem de propaganda da iniciativa privada, não precisam ter público. E não tendo público jogam um monte de baboseira, de propaganda governista, inventando absurdos como que eu sou financiado pela CIA ou por bilionários americanos. Mas até agora é como se fosse o mesmo xingamento de Facebook, um pouco mais elaborado, com palavras um pouco mais bonitas e tanto embasamento quanto os xingamentos do Facebook.

E não te afeta?

Não. Se viesse de uma pessoa de fato que está ali criticamente preocupada em analisar a situação política do país e o Movimento, aí sim você leva em consideração. Quando uma pessoa está claramente fazendo propaganda para o governo e não analisando o movimento nem a situação, é irrelevante.

Digamos que a presidente Dilma deixasse o poder. Isso não mudaria o Brasil. O MBL propõe alguma coisa além do Fora PT?

Claro. O foco agora no impeachment é porque a gente acredita na gravidade do atentado direto à República que o partido dos trabalhadores propõe. A gente sabe que tanto no escândalo do mensalão quanto do petrolão eles utilizaram dinheiro público para submeter o Legislativo ao Executivo. Isso é um atentado, é um golpe de Estado. Acabar com um dos três Poderes é acabar com a legitimidade de representantes que foram eleitos pela população. O impeachment é o primeiro foco mas a gente sabe que o problema do país está longe de ser simplesmente o Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff ou Lula. A gente combate com ideias. As nossas ideias são que mais dinheiro tem que ficar no bolso do cidadão, mais poder tem que ficar na mão do cidadão, que os estados têm que ser mais independentes, que o cidadão tem que ter o direito de se armar, por exemplo. Hoje pelo Estatuto do Desarmamento são inúmeras restrições, de modo que fica praticamente impossível ao cidadão comum obter o direito de posse de arma. A gente defende a privatização de estatais, como a Petrobras, redução drástica de ministérios, mais do que a metade, diferente do que o PSDB propôs, redução de cargos comissionados, que no Brasil são mais de 100 mil, que são utilizados para fins políticos, no aparelhamento da máquina pública. Enfim, redução de impostos e burocracia. A gente demora meses para abrir uma empresa e para fechar é custoso. Nossa ideia é que seja mais parecido com Cingapura, com o Chile, onde se abrem empresas sem custo, em dois, três dias, pela internet. A ideia é descriminalizar a atividade empresarial hoje. Quando um empresário vai sentar ali no banco dos réus na Justiça Trabalhista, é tratado perto do que seria um estuprador. Não é nem ouvido o lado dele. Automaticamente, mesmo quando há reivindicações absurdas, o empregado vence na Justiça Trabalhista e consegue quebrar a empresa que o contratou.

O empresário é mal tratado no Brasil?

Com certeza, tratado como criminoso. Quem trabalha e quem produz, além do discurso, de que é o malvadão, que é o cara que explora a 'mais valia', o trabalhador, ele de fato sofre processos. Já é difícil para empreender e ainda é criminalizado. A ideia do Movimento é justamente facilitar o empreendedorismo, manter mais dinheiro no bolso do cidadão, flexibilizar leis trabalhistas, fazer com que o país seja menos engessado, que mais poder fique nas mãos dos cidadãos, dos estados e municípios, e menos na esfera federal.

Os políticos na verdade não formam um único grupo, que defende os próprios privilégios e suga os recursos públicos, independente de estarem no governo ou oposição? Não foi o que vivemos sempre no país, antes do PT estar no poder?

Sim, pelo próprio modelo de Estado. Por isso que a gente defende, por exemplo, que os vereadores não recebam salários, que não haja esta quantidade de privilégios, que a máquina pública seja extremamente limitada. Uma vez que você tenha uma quantidade limitada de recursos para administrar, se vigora um sistema de livre concorrência sem influência do Estado, diminui muito o poder do político. Diminuindo este poder a política torna-se algo muito mais nobre porque as pessoas que vão ingressar vão ter muito menos razões de interesse pessoal para ingressar na política, porque ela se torna mais responsabilidade que privilégio. Hoje um parlamentar não precisa trabalhar, não precisa fazer um projeto de lei, e recebe 'N' benefícios, até 15º salário, o que se torna atrativo para pessoas que estão a fim de utilizar a política para interesse próprio. Por isso a nossa ideia é mudar o modelo em si e não substituir políticos. A gente sabe que não tem como pegar e dizer "vamos só colocar políticos honestos". Não adianta, porque o modelo em si é falho.

A gente pretende criar um selo que vá certificar candidatos liberais. Eles vão assinar um contrato e se comprometer a não aumentar o próprio poder e o próprio salário, a votar favoravelmente a políticas que a gente defende. Queremos a criação de uma bancada liberal. O selo vai começar a partir da eleição do ano que vem. O MLB vai indicar o voto nestas pessoas.

A questão da corrupção perdeu importância entre os opositores do governo?

Continua sendo pauta, mas agora existe coisa mais grave que a corrupção, que é o autoritarismo do Partidos dos Trabalhadores. Eles têm pautas como regulação econômica da mídia. É controle da mídia, é censura. A corrupção deles é para acabar com o sistema republicano. Então é mais grave. Mas a corrupção continua sendo pauta. Principalmente porque como movimento liberal a gente acredita que diminuindo o campo de ação do estado, diminui a margem para corrupção.

As manifestações contra o governo perderam força. Na caminhada que teve de São Paulo a Brasília, quem foi do começo ao fim, além de você?

19 pessoas.

Pois é. A caminhada teve bastante mídia, mas não teve público. Por quê?

A ideia não era fazer uma manifestação de massa. Era mais pelo simbolismo, como um mito fundador do liberalismo no Brasil.

Grandes manifestações não duram para sempre em lugar nenhum. Mas o recuo não foi muito rápido e intenso no Brasil?

Houve um fenômeno de desesperança da população. O discurso governista é de que a indignação acabou ou diminuiu. Não creio que tenha sido bem isso. Os índices de aprovação da presidente caíram mais ainda, estão abaixo de 10%, o que mostra que as pessoas continuam indignadas mas têm pouca esperança de que isso mude. Por isso não estão tão mobilizadas e diminuiu a mobilização desde 15 de março. Mas o trabalho do Movimento Brasil Livre é justamente este, de manter a chama viva, de reanimar a população, de continuar mobilizando. A gente promove atos mais pontuais agora, para ir criando um momento político para uma nova manifestação, para novos grandes atos.

Vocês vão andar sempre na cola do PT, onde houver eventos do partido ou do governo?

Tem sido assim desde a Dilma indo discursar em Frutal, ou o casamento em que ela compareceu em São Paulo, em todos os pronunciamentos existem membros do MBL ou outros, espontaneamente. A sociedade tem organizado panelaços, vaias. E a ideia é essa. Cercar e mostrar que ninguém mais quer ouvir o que o governo quer falar.

Flu quer vaga na elite e recorde de público

O Fluminense já tem o recorde histórico de público em jogos profissionais de futebol disputados no interior. Mas quer mais, juntamente com a vaga na primeira divisão do Campeonato Baiano em 2016. A diretoria pediu 10 mil ingressos desta vez, para a partida decisiva contra o Atlético de Alagoinhas, domingo, no Joia da Princesa, às 15 horas (mesmo horário dos demais jogos da rodada final que decide os dois que vão subir).

A venda de ingressos começou acelerada na quarta-feira, e é grande a chance de quebrar o recorde de Fluminense x Ypiranga, em 31 de maio (8.521 pagantes). Este jogo teve mais público que o primeiro da final do Baianão entre Vitória da Conquista e Bahia (8.369 ingressos vendidos), em 26 de abril.

"Nosso objetivo é ver novamente o Joia com a grande massa torcedora, incentivando o nosso time do primeiro ao último minuto. Pedimos esta carga porque acreditamos na força do nosso torcedor, que vai fazer a festa domingo", promete o presidente Gerinaldo Costa.

Foto: Danilo Portela, Dinâmica Drone

No jogo de 31 de maio, o Joia da Princesa foi tomado pela torcida tricolor

Será a terceira oportunidade para comemorar o esperado retorno à chamada elite. A primeira chance foi desperdiçada justamente naquele jogo do recorde. Ganhando, a vaga seria do Flu, mas deu 0 a 0. Em Itabuna, domingo passado, dependendo da combinação de resultados, o empate bastava. Após uma apresentação decepcionante, o Touro saiu de campo cabisbaixo carregando uma derrota por 3 a1.

O Atlético não tem mais chances de classificação, mas isto não é nenhuma garantia de corpo mole. Não faltam interessados em motivar o Carcará. Além do Flu, estão no páreo Ypiranga, Flamengo de Guanambi, Itabuna e Juazeiro.

Como ainda é líder mesmo depois dos pontos perdidos nos dois últimos jogos, o representante de Feira de Santana pode se classificar até perdendo, dependendo do que ocorrer nas outras três partidas. Porém seria uma insanidade contar com isso, já que nem mesmo o empate é garantia de classificação. O Fluminense tem 13 pontos, mas o Ypiranga (que enfrenta o Juazeiro) e o Flamengo de Guanambi (que pega o Jequié) estão com 12. Se ambos vencerem e o Flu não, adeus retorno à primeira divisão. A rodada se completa com o duelo Botafogo x Itabuna.

Gerinaldo lembra que a torcida precisa se comportar de forma adequada, apoiando a equipe e vaiando o adversário, mas sem excessos. "Pedimos que não atirem nenhum objeto no gramado, se comportem de forma ordeira porque qualquer comportamento anormal pode prejudicar o time", alerta.

PREPARAÇÃO

Dois titulares estão suspensos pelo terceiro cartão amarelo (o zagueiro Igor e o lateral-esquerdo Neném). Dadai e Alessandro Azevedo tentam superar contusões para ter condição de jogo.

O treinador Paulo Salles tenta demonstrar despreocupação. "Quando montamos o elenco já prevíamos que poderiam acontecer situações deste tipo. Temos opções variadas para a zaga, a lateral e para as demais posições, se houver necessidade de alteração", garante.

VIPAL BORRACHAS

BORRACHAS VIPAL NORDESTE S/A

CNPJ N°. 07.857.217/0001-61
NIRE: Nº. 293.000.274-99 "CAPITAL FECHADO"

www.vipal.com.br
Rodovia BR324, Km 521,5, Feira de Santana/BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Borrachas Vipal Nordeste S/A ("BVNE") tem o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014, compostas de Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem aos Acionistas:** A administração da BVNE continua focada na otimização dos recursos disponíveis a fim de buscar cada vez maior produtividade, melhores resultados e por consequência o crescimento dos negócios. **Contexto Operacional:** Em 2014 as operações de vendas da BVNE sofreram uma redução de 12% em relação ao ano anterior. Apesar desta queda, o constante trabalho direcionado ao aprimoramento e otimização de recursos, permitiu a redução de 18% no CPV em relação ao ano de 2013, encerrando o exercício com o Lucro Líquido 8% superior a 2013. **Agradecimentos:** Agradecemos a cada um dos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, que têm nos depositado confiança e participado do crescimento e desenvolvimento da empresa. Feira de Santana - BA , 8 de maio de 2015. A Administração.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**5.903**	22.402
Contas a receber de clientes	6	**42.718**	32.203
Contas a receber de partes relacionadas	9	**254.581**	201.206
Estoques	7	**77.860**	71.997
Impostos a recuperar	8	**20.751**	8.843
Despesas antecipadas		**313**	326
Outras contas a receber		**6.611**	6.050
Total do circulante		**408.737**	343.027
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	**23.265**	29.593
Contas a receber de clientes	6	**5.145**	-
Impostos a recuperar	8	**48.529**	29.292
Créditos com partes relacionadas	9	**8.507**	-
Outros créditos		**194**	228
		85.640	59.113
Imobilizado	10	**225.987**	229.167
Intangível		**317**	392
Total do não circulante		**311.944**	288.672
Total do ativo		**720.681**	631.699

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante			
Fornecedores		**49.197**	42.541
Empréstimos e financiamentos	11	**83.036**	66.342
Obrigações fiscais e sociais		**9.321**	9.490
Obrigações e provisões trabalhistas		**3.481**	3.789
Contas a pagar a partes relacionadas	9	**5**	79
Dividendos a pagar		**2.179**	1.789
Outras contas a pagar		**3.037**	1.375
Total do circulante		**150.256**	125.405
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**94.412**	108.239
Provisão para litígios	12	**434**	14.173
Obrigações fiscais e sociais		**16.715**	6.875
Impostos diferidos	17	**38.861**	18.693
Total do não circulante		**150.422**	147.980
Patrimônio líquido	13		
Capital social		**162.000**	162.000
Reservas de lucros		**258.003**	196.314
Total do patrimônio líquido		**420.003**	358.314
Total do passivo e do patrimônio líquido		**720.681**	631.699

Demonstrações do Resultado (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expresso em reias)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	14	**432.892**	493.590
Custo dos produtos vendidos		**(299.560)**	(363.847)
Lucro bruto		**133.332**	129.743
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas		**(13.748)**	(14.128)
Despesas administrativas		**(18.357)**	(18.587)
Outras receitas operacionais, líquidas		**32.509**	27.156
Resultado operacional		**133.736**	124.184
Receitas financeiras	16	**16.581**	17.561
Despesas financeiras	16	**(31.357)**	(27.699)
		(14.776)	(10.138)
Lucro antes dos impostos		**118.960**	114.046
Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro - Corrente	17	**(1.103)**	(16.220)
Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro - Diferido	17	**(20.168)**	(7.396)
Lucro líquido do exercício		**97.689**	90.430
Lucro líquido por ação do capital social (R$)		**345,22**	319,57

Demonstrações do resultado abrangente (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**97.689**	90.430
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**97.689**	90.430

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012		162.000	132.146	5.595	8.643	-	308.384
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.430	90.430
Destinação proposta:	13						
Incentivos fiscais		-	46.882	-	-	(46.882)	-
Reserva legal		-	-	2.177	-	(2.177)	-
Distribuição de dividendos mínimos		-	-	-	-	(10.343)	(10.343)
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	(21.514)	(21.514)
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		-	-	-	(8.643)	-	(8.643)
Lucros a distribuir		-	-	-	9.514	(9.514)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		162.000	179.028	7.772	9.514	-	358.314
Lucro líquido do exercício		-	**-**	**-**	**-**	**97.689**	**97.689**
Destinação proposta:	13						
Incentivos fiscais		**-**	**42.014**	**-**	**-**	**(42.014)**	**-**
Reserva legal		**-**	**-**	**2.784**	**-**	**(2.784)**	**-**
Distribuição de dividendos mínimos		**-**	**-**	**-**	**-**	**(13.223)**	**(13.223)**
Distribuição de dividendos complementares		**-**	**-**	**-**	**-**	**(13.263)**	**(13.263)**
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores		**-**	**-**	**-**	**(9.514)**	**-**	**(9.514)**
Lucros a distribuir		**-**	**-**	**-**	**26.405**	**(26.405)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2014		**162.000**	**221.042**	**10.556**	**26.405**	**-**	**420.003**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**118.960**	114.046
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**10.541**	10.517
Provisão para devedores duvidosos	**795**	(14)
Provisão para estoques obsoletos	**(114)**	213
Provisão para litígios	**(13.739)**	13.700
Resultado nas baixas do ativo imobilizado	**811**	1.169
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	**16.287**	13.191
Rendimento de aplicações financeiras	**(2.164)**	(1.788)
	131.377	151.034
Variação nos ativos:		
(Aumento) das contas a receber	**(104.240)**	(88.218)
(Aumento) redução de estoques	**(5.749)**	4.603
(Aumento) de impostos a recuperar	**(31.145)**	(20.796)
(Aumento) redução de outras contas a receber	**(9.021)**	2.139
Variações nos passivos:		
(Redução) aumento de fornecedores	**6.656**	(20.107)
(Redução) aumento de obrigações fiscais e sociais	**12.064**	(4.477)
(Redução) aumento de outras contas a pagar	**1.280**	(1.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.496)**	(3.788)
Caixa e equivalente de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	**(2.274)**	19.038
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Em aplicações financeiras	**8.492**	3.233
Em imobilizado	**(7.307)**	(5.790)
Em intangível	**(45)**	(163)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados (utilizados) nas atividades de investimento	**1.140**	(2.720)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos tomados	**63.474**	61.205
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(77.639)**	(74.773)
Pagamentos de dividendos	**(1.200)**	(883)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados às atividades de financiamento	**(15.365)**	(14.451)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(16.499)**	1.867
Variação no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	**22.402**	20.535
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	**5.903**	22.402
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(16.499)**	1.867
Itens que não afetam caixa		
Compensação de dividendos a pagar com contas a receber de parte relacionada	**34.410**	38.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Borrachas Vipal Nordeste S.A. ("Companhia"), com sede na Rodovia BR324, Km 521,5, Feira de Santana/BA, tem como objetivo a industrialização, comércio, importação e exportação de reparos a frio, vulcanizantes e auto-vulcanizantes para pneus e câmaras de ar, industrialização, comercialização e prestação de serviços em borracha e seus artefatos, produtos para os ramos automotivo, esportivo e industrial, adesivos, colas e produtos de limpeza em geral.

2. Sumário das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Todos os pronunciamentos em vigor na data de elaboração das demonstrações financeiras foram aplicados pela Companhia. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na Nota 3. A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 08 de maio de 2015. 2.2. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa e saldos em conta movimento. Aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado também são classificadas como equivalentes. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.5 Aplicação financeira: A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.13. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. As aplicações da Companhia estão cedidas em garantia a empréstimos e estão classificadas no ativo não circulante de acordo com o prazo de liquidação do passivo. 2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.3. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. 2.7 Estoques: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Matérias primas - Valorizadas ao custo de aquisição. Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.8. Imobilizado: A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito abaixo:

	Média ponderada de vida útil (anos)
Edificações	60
Instalações industriais	26
Máquinas e equipamentos	20
Veículos	7
Móveis e utensílios	27
Equipamentos de processamento de dados	14

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. 2.10. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para litígios: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.11. Tributação: Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 15%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,6% a 9,5%
PIS - Programa de Integração Social	1,65% a 2%

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Impostos sobre o lucro: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSSL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que a CSSL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.12. Outros benefícios a empregados: Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de saúde, assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida em que são incorridos. 2.13. Instrumentos Financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e empréstimos e financiamentos.

(continua...)

andrepomponet@hotmail.com

Economia em crônica

O mito da ressocialização no sistema carcerário

Na última semana de maio Feira de Santana figurou nas manchetes dos maiores sites de notícias do país, ganhou espaço nos principais telejornais e, de quebra, rendeu chamadas nas capas de inúmeros jornais. Tudo por conta da rebelião que resultou em dezenas de reféns, diversos feridos e – sobretudo – em nove assassinatos. As cenas da barbárie circularam com velocidade impressionante pela Internet, a partir de milhares de compartilhamentos e de incontáveis comentários. E também foram exibidos exaustivamente nos programas sensacionalistas da tevê.

Os cadáveres empilhados num canto do pavilhão, a cabeça da vítima, decapitada, depositada como oferenda no pátio, o arsenal apreendido entre os rebelados – as armas utilizadas no motim foram entregues num pitoresco saco plástico – e as declarações hesitantes das autoridades, surpreendidas com o episódio, mostram o aterrador descontrole reinante no sistema carcerário baiano.

Sob o impacto da rebelião, algumas notícias alarmaram os desavisados. É que, embora disponha de pavilhões ociosos, o presídio feirense abriga o dobro de internos de sua capacidade utilizada. Para que os novos pavilhões entrassem em funcionamento, bastava contratar mais agentes, decisão que foi sendo retardada até eclodir o sangrento motim. Deu no que deu.

Também veio à tona uma verdade reiteradamente negada pelas autoridades carcerárias brasileiras: a de que os presídios são controlados pelos presos, que continuam exercendo suas atividades criminosas, mesmo encarcerados. Aqui na Feira de Santana, eles não apenas contrabandearam armas, como executaram tranquilamente suas vítimas e, por fim, encerraram a rebelião quando melhor lhes convinha.

A tragédia, no entanto, não se encerra aí: as execuções resultaram do confronto entre quadrilhas bem-estruturadas – as chamadas facções – cujas ações ocorrem com desenvoltura nas ruas, mas também no sistema carcerário, conforme o episódio atestou. Como se vê, o Estado não consegue frear o crime organizado nem mesmo quando seus integrantes estão encarcerados, cumprindo pena e, em tese, impossibilitados de atuar.

Ressocialização

Como sempre acontece nessas circunstâncias, imediatamente após a rebelião e o massacre inúmeras autoridades visitaram as dependências do presídio. Até uma comissão de deputados estaduais apareceu. Depois, os discursos fluíram caudalosos, transitando das inescapáveis justificativas até às retardatárias medidas corretivas. De concreto, até aqui, só a transferência de duas dezenas de internos para o presídio de Serrinha.

A sangrenta rebelião no presídio feirense mostrou, mais uma vez, que, no Brasil, quem vai preso não é formalmente condenado à morte mas, no mínimo, perde o direito à vida. Pelo menos a perspectiva da ressocialização – ou da própria socialização, na maioria dos casos – se dilui no ambiente feroz controlado pelas facções criminosas. Isso não deixa de ser uma renúncia involuntária à possibilidade de se viver uma vida nova lá adiante.

Parte dos presos brasileiros cometeu delitos leves e pode, com apoio, regenerar-se, retomar a vida de maneira pacífica. Para isso, todavia, é necessário que o Estado exerça seu papel, reassumindo o controle sobre o sistema carcerário, hoje terceirizado para as facções criminosas. Nada no horizonte sinaliza para essa direção.

No momento as perspectivas são tenebrosas: compulsoriamente recrutados pelo crime organizado ou, simplesmente, oprimidos pelas facções hegemônicas em galerias e pavilhões, os presos tendem a engajar-se na vertiginosa espiral da violência que assola o Brasil, até por falta de opção. Enfim, mergulham nela como algozes ou vítimas.

Com o passar dos dias, a tendência é que o Conjunto Penal seja esquecido, pelo menos até a próxima rebelião. Muito do que foi prometido será engavetado. A morosidade e a indiferença fermentarão o combustível para um novo motim que, invariavelmente, ganhará as manchetes com estardalhaço.

...Continuação

BORRACHAS VIPAL NORDESTE S.A.

CNPJ Nº. 07.857.217/0001-81 **- NIRE: Nº.** 293.000.274-99

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. 2.14. Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. 2.15. Custo dos empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia e relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. 2.16. Novas normas contábeis e interpretações ainda não adotadas: Alguns pronunciamentos contábeis (novos ou revisões de pronunciamentos atualmente em vigor) foram revisados pelo International Accounting Standard Board (IASB), e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme acordo com o IASB, deverá refletir as revisões nos dispositivos vigentes, como indicado abaixo:

IFRS	CPC Correspondente	Vigente em
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e mensuração.	Em elaboração	2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Em elaboração	2017
Modificações à IFRS 11 - Acordo Contratual Conjunto	CPC 19 (R2)	2016
Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis	CPC 27 e CPC 4 (R1)	2016

As normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme indicado na tabela acima, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado ao amplo aspecto e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Provisões para litígios: A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2014	2013
Disponibilidades	**1.891**	2.042
Aplicações em moeda nacional	**4.012**	20.360
Total	**5.903**	22.402

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxa de 101% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em 31 de dezembro de 2014 (98% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2013), com liquidez diária.

5. Aplicações financeiras: Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) mantidas em bancos de primeira linha:

	2014	2013
Aplicações financeiras - CDB	**23.265**	29.593
Total	**23.265**	29.593

As aplicações estão cedidas em garantia a financiamentos de longo prazo, tendo seu resgate programado para ocorrer em um prazo superior a 365 dias. As aplicações financeiras são remuneradas à taxa de 99% a 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2014 (98% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

6. Contas a receber de clientes:

	2014	2013
Clientes mercado interno	**48.680**	32.225
(-) Provisão para devedores duvidosos	**(817)**	(22)
Total	**47.863**	32.203
(-) Circulante	**(42.718)**	(32.203)
Não circulante	**5.145**	-

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	**(22)**	(36)
Adições	**(906)**	(76)
Recuperações/realizações	**111**	90
Saldo no final do exercício	**(817)**	(22)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2014	2013
À vencer	**42.757**	30.713
Vencido até 30 dias	**2.286**	1.308
Vencido de 31 a 60 dias	**1.279**	80
Vencido de 61 a 90 dias	**1.182**	-
Vencido de 91 a 120 dias	**161**	-
Vencido há mais de 120 dias	**1.015**	124
Total	**48.680**	32.225

7. Estoques:

	2014	2013
Produtos prontos	**25.212**	20.325
Produtos em elaboração	**6.152**	8.664
Matérias-primas	**29.659**	32.244
Materiais de embalagens	**436**	400
Materiais intermediários e diversos	**16.500**	10.577
(-) Provisão para estoques obsoletos	**(99)**	(213)
	77.860	71.997

8. Impostos a recuperar:

	2014	2013
ICMS a recuperar Imobilizado	**344**	326
PIS/COFINS a recuperar imobilizado	**1.172**	1.289
IPI a recuperar	**531**	499
ICMS a recuperar	**1.239**	1.218
PIS/COFINS a recuperar	**351**	219
IRPJ a recuperar	**-**	267
Crédito presumido de IPI (nota 19)	**63.950**	33.003
Imposto sobre faturamento não embarcado	**1.169**	789
Outros	**524**	525
Total dos impostos a recuperar	**69.280**	38.135
(-) Circulante	**(20.751)**	(8.843)
Não circulante	**48.529**	29.292

9. Informações sobre partes relacionadas: Os saldos e transações mantidas pela Companhia com suas partes relacionadas são apresentados a seguir:

Contas a receber:	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Borrachas Vipal S.A.:					
31/12/2014	**246.670**	**-**	**-**	**212.527**	**-**
31/12/2013	190.580	-	-	301.357	-
Partes relac. no exterior:					
31/12/2014	**7.911**	**-**	**-**	**-**	**-**
31/12/2013	10.626	-	-	20.253	-
Créd. com partes relac.:					
Paludo Participações S.A.					
31/12/2014	**-**	**8.507**	**-**	392	**-**
Contas a pagar:					
Borrachas Vipal S.A.:					
31/12/2014	**-**	**-**	**5**	**-**	**14.059**
31/12/2013	-	-	79	-	24.289
Vipaltec Pesq.Desenv. Tec. Ltda.:			-	-	
31/12/2014	**-**	**-**	**-**	**-**	**281**
Total em 31/12/2014	**254.581**	**8.507**	**5**	**212.919**	**14.340**
Total em 31/12/2013	201.206	-	79	321.610	24.289

Termos e condições de transações com partes relacionadas: As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias com a sua controladora Borrachas Vipal S.A. e com outras coligadas efetuadas a condições estabelecidas entre as partes. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas em relação a quaisquer contas a receber envolvendo partes relacionadas. A empresa Paludo Participações S.A. possui contrato de mútuo a pagar com a Borrachas Vipal Nordeste S.A. no valor de R$ 8.507. O contrato possui atualização por taxas de juros de mercado. No exercício de 2014, a Companhia prestou garantias de aval para operações de empréstimos e financiamentos contratados pela Controladora, Borrachas Vipal S.A.. Em 31 de dezembro de 2014, o montante total de garantias prestadas é de R$ 101.191 (R$ 40.000 em 31 de dezembro de 2013). Remuneração do pessoal-chave da Administração: Nos exercícios de 2014 e de 2013, a administração optou por não receber remuneração.

10. Imobilizado:

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Instalações industriais	Máquinas, equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equip. process. de dados	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2012	1.998	64.308	34.126	137.725	829	19.372	4.275	7.045	269.678
Aquisições	-	7	123	2.118	-	107	123	3.312	5.790
Baixas	-	(582)	(48)	(685)	-	(30)	(3)	-	(1.348)
Transferências	-	(156)	202	1.864	-	(344)	2	(1.568)	-
Saldo em 31/12/2013	1.998	63.577	34.403	141.022	829	19.105	4.397	8.789	274.120
Aquisições	-	-	73	3.824	2	50	67	4.036	8.052
Baixas	-	-	-	(895)	-	(10)	(37)	(27)	(969)
Transferências	-	-	257	785	-	22	(29)	(1.035)	-
Saldo em 31/12/2014	**1.998**	**63.577**	**34.733**	**144.736**	**831**	**19.167**	**4.398**	**11.763**	**281.203**
Depreciação	**Terrenos**	**Edificações**	**Instalações industriais**	**Máquinas, equipamentos**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equip. process. de dados**	**Imobilizado em andamento**	**Total**
Saldo em 31/12/2012	-	3.855	4.396	22.265	372	2.998	836	-	34.722
Depreciação	-	862	1.200	7.439	68	705	136	-	10.410
Baixas	-	-	(2)	(175)	-	(1)	(1)	-	(179)
Transferências	-	-	(1)	436	(434)	(1)	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	**-**	4.717	5.593	29.965	6	3.701	971	-	44.953
Depreciação	**-**	1.043	1.315	7.163	107	694	99	-	10.421
Baixas	**-**	-	-	(138)	-	(1)	(19)	-	(158)
Transferências	**-**	-	-	(374)	450	(66)	(10)	-	-
Saldo em 31/12/2014	**-**	5.760	6.908	36.616	563	4.328	1.041	-	55.216
Saldo em 31/12/2013	1.998	58.860	28.810	111.057	823	15.404	3.426	8.789	229.167
Saldo em 31/12/2014	**1.998**	**57.817**	**27.825**	**108.120**	**268**	**14.839**	**3.357**	**11.763**	**225.987**

Custos de empréstimos capitalizados: As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados custos incorridos sobre empréstimos que financiaram tais projetos, no montante de R$745 (R$410 em 31 de dezembro de 2013).

11. Empréstimos e financiamentos: As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Indexador	Taxa anual média de juros (a.a)	2014	2013
Capital de giro:				
Em moeda nacional	-	11,07%	**125.449**	130.259
Em moeda estrangeira	Dólar	1,66%	**6.891**	7.173
Adiant. de contrato de câmbio	Dólar	4,9%	**20.158**	15.974
Adiant. de contrato de câmbio com cambiais entregues	Dólar	4,94%	**6.739**	8.963
Desconto com duplicatas	-	19,56%	**7.162**	-
			166.399	162.369
Ativo fixo:				
Em moeda nacional	-	5,35%	**11.049**	12.212
			177.448	174.581
(-) Circulante			**(83.036)**	(66.342)
Não circulante			**94.412**	108.239

As garantias vinculadas aos financiamentos e empréstimos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terreno; e c) garantia fidejussória prestada por fiança e aval dos diretores da Companhia. A Companhia possui aplicações financeiras de longo prazo em renda fixa CDB - DI junto ao Banco do Nordeste, com rendimentos entre 99% a 99,5% do CDI e que estão vinculadas aos empréstimos contratados junto à mesma instituição. Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2014
2016	**41.508**
2017	**31.613**
2018	**17.971**
2019	**1.819**
Acima de 2019	**1.501**
	94.412

12. Provisão para litígios: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que o desembolso financeiro é provável. O quadro a seguir demonstra, em 31 de dezembro, os valores estimados de perdas prováveis e possíveis, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

	2014		2013	
Passivo contingente	Provável	Possível	Provável	Possível
Trabalhista	**384**	**160**	264	37
Tributário	**-**	**943**	13.859	1.930
Cível	**50**	**5.300**	50	5.300
	434	**6.403**	14.173	7.267

Trabalhista - Diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. A provisão está registrada na rubrica de obrigações e provisões trabalhistas. Tributário - Descontos concedidos em operações *intercompany* - Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava provisão no montante de R$ 13.859 referente a uma autuação recebida no exercício de 2013 da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, em relação à dedutibilidade, na apuração do imposto de renda e da contribuição social, dos descontos financeiros concedidos em operações *intercompany* no período de janeiro a junho de 2009. O referido valor foi incluído no programa de parcelamento de tributos - “REFIS” em agosto de 2014, conforme descrito na nota 17, e consequentemente a provisão foi revertida. Cível - Indenização por desvalorização de imóvel - o autor da causa requer indenização devido à alegação de desvalorização de um imóvel localizado ao lado da fábrica da Companhia, no montante de R$5.000. Os assessores jurídicos da empresa avaliam a perda desta causa como possível. A movimentação da provisão para litigios está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	**14.173**	473
Novos processos/complementos e atualizações monetárias	**120**	14.033
(-) Reversões	**(13.859)**	(333)
Saldo no final do exercício	**434**	14.173

13. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no montante total de R$162.000, está representado por 282.978 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes em sua totalidade a acionistas domiciliados no País. Reservas de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Incentivos fiscais: Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, conforme descrito na Nota 19, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório. Não existem condições ou contingências não cumpridas atreladas a essas subvenções. Lucros a distribuir: Montante remanescente de lucros retidos é objeto de proposta da Administração da Companhia para futura distribuição. Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a diretoria executiva propôs e antecipou a distribuição de dividendos conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**97.689**	90.430
Reservas de incentivo fiscal	**(42.014)**	(46.882)
Apropriação de reserva legal	**(2.784)**	(2.177)
Base de cálculo dos dividendos propostos	**52.891**	41.371
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**13.223**	10.343

(continuação da nota 13...)

	2014	2013
Dividendos mínimos	**13.223**	10.343
Dividendos complementares	**13.263**	21.514
Dividendos de exercícios anteriores	**9.514**	8.643
Total de Dividendos	**36.000**	40.500

Em 31 de dezembro de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no valor de R$ 21.514 e de dividendos relativos a lucros retidos de exercícios anteriores no valor de R$ 8.643. Em 31 de dezembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 13.263 e de dividendos relativos a lucros retidos de exercícios anteriores no valor de R$ 9.514.

14. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Receita bruta de vendas	**537.280**	608.336
Devoluções e abatimentos	**(5.035)**	(7.414)
Impostos sobre a venda	**(99.353)**	(107.332)
Receita operacional líquida	**432.892**	493.590

15. Despesas por natureza: A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2014	2013
Despesas por função		
Custo dos produtos vendidos	**(299.560)**	(363.847)
Despesas com vendas	**(13.748)**	(14.128)
Despesas gerais e administrativas	**(18.357)**	(18.587)
Outras receitas operacionais, líquidas	**32.509**	27.156
	(299.156)	(369.406)

(continua...)

América Outlet terá roda gigante e carrossel de grande porte

O América Outlet, em Feira de Santana promete montar um grande Parque de Diversões a céu aberto. As principais atrações serão uma Roda Gigante de 20 metros de altura (equivalente a um prédio de oito andares), toda iluminada em LED - a maior do Norte e Nordeste do país - e um Carrossel com 20 metros de diâmetro. Os dois brinquedos foram importados de Hong Kong. Segundo a empresa, ambos já estão no empreendimento e serão montados para a inauguração que acontece em setembro.

Imagem ilustrativa da roda gigante, divulgada pela empresa

A América Malls, empresa do grupo Consil, é responsável pelo centro de compras que terá investimentos na ordem de R$ 70 milhões e contará com cerca de 15.000 m² de ABL (Área Bruta Locável). Calvin Klein, Levi's, Cori, Carmen Steffens, Polo Wear, TNG, Luigi Bertolli, Offashion, Emme, Tip Top, Penguin, Mitchell, Bunnys, Ad Fashion, Mr. Polo, Tramontina, Polishop, LG, Technos, Brasolin Ótica, Chilli Beans, Cacau Show, Subway, Giraffas, Casa do Pão de Queijo e Fredíssimo são algumas das marcas confirmadas.

Os empreendedores informam que o América Outlet está com mais de 80% de suas obras realizadas. Está sendo erguido na BR-324 sentido Salvador-Feira, a cerca de 6 quilômetros do anel de contorno e 500 metros do acesso da nova Av. Noide Cerqueira.

"Temos convicção de que esse empreendimento será um grande atrativo para a população de Feira de Santana e cidades vizinhas, que vão poder comprar grandes marcas internacionais e nacionais com descontos e ter o América Outlet como principal opção de entretenimento", prevê Cesar Mesquita, diretor de obras da Consil.

...Continuação

BORRACHAS VIPAL NORDESTE S.A.

CNPJ Nº. 07.857.217/0001-81 **- NIRE: Nº.** 293.000.274-99

	2014	2013
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	**(10.541)**	(10.517)
Despesas com pessoal	**(54.288)**	(57.636)
Matéria prima e materiais	**(237.666)**	(295.255)
Fretes	**(11.418)**	(13.424)
Crédito presumido de IPI (Nota 19)	**31.027**	33.003
Outras despesas	**(16.270)**	(25.577)
	(299.156)	(369.406)

16. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram como segue:

	2014	2013
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamentos	**(12.214)**	(11.272)
Despesas bancárias	**(534)**	(387)
Variação cambial	**(14.532)**	(12.891)
Juros passivos	**(3.763)**	(1.040)
Outras despesas financeiras	**(314)**	(2.109)
	(31.357)	(27.699)
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	**3.714**	3.104
Receitas com variação cambial	**10.851**	13.061
Ajuste a valor presente	**-**	585
Juros auferidos	**1.794**	267
Outras receitas financeiras	**222**	544
	16.581	17.561
Resultado financeiro, líquido	**(14.776)**	(10.138)

17. Imposto sobre o lucro: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está descrita a seguir:

	2014	2013
Lucro antes dos tributos	**118.960**	114.046
Imposto de renda e contribuição social (34%)	**(40.446)**	(38.776)
Adições e exclusões permanentes:		
Incentivos fiscais	**17.328**	22.626
Provisão p/ conting. fiscal - principal	**-**	(6.760)
(Multa) e reversão de multa indedutível sobre provisão para contingência fiscal	**1.724**	(1.724)
Outros	**123**	1.018
Total	**(21.271)**	(23.616)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.103)**	(16.220)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(20.168)**	(7.396)
Alíquota efetiva	**17,88%**	20,71%

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	2014	2013
Diferenças temporárias ativas		
Provisão para participação nos lucros	**1.609**	1.676
Provisão para devedores duvidosos	**278**	7
Provisão para contingências	**147**	797
Provisão para fretes	**143**	382
Faturamento não embarcado	**256**	142
Provisão para honorários jurídicos	**775**	-
Outras provisões	**40**	75
Total ativo diferido	**3.248**	3.079
Diferenças temporárias passivas		
Depreciação vida útil	**(19.662)**	(15.702)
Depreciação acelerada fiscal	**(20.270)**	(4.108)
Capitalização de juros sobre financiamentos	**(2.177)**	(1.962)
Total passivo diferido	**(42.109)**	(21.772)
Passivo diferido, líquido	**(38.861)**	(18.693)

Lei 12.973/2014: A Companhia avaliou, em conjunto com assessores externos, as disposições contidas na MP 627, convertida na Lei 12.973/14, vigentes a partir de 2015, porém com previsão de opção pela adoção antecipada em 2014. Baseada nos estudos realizados, a Companhia concluiu que haveria benefícios com a adoção antecipada, de modo que a Companhia passou a atender os pressupostos da Lei antecipadamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Refis: Em agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa de parcelamentode tributos, denominado REFIS, amparado pela Lei 12.996, de 18 de junho de 2014. A companhia registrou os efeitos de IRPJ e CSLL sobre descontos financeiros concedidos em operações intercompany, no período de janeiro a junho de 2009, que também foi objeto de autuação pela Receita Federal em 2013, bem como incluiu outros tributos no parcelamento ordinário. A Companhia liquidou os valores incluídos no REFIS, exceto o parcelamento ordinário, em espécie e com utilização de prejuízos fiscais em 31 de outubro de 2014. O parcelamento ordinário será liquidado em 60 meses, conforme previsto na Lei. O referido parcelamento encontra-se em homologação pela Receita Federal. Demonstramos abaixo os valores incluídos no REFIS, bem como os valores liquidados até 31 de dezembro de 2014:

	Parcelamento REFIS				
	IRPJ/CSLL sobre desc. financeiros	Outros tributos	Total	Parcelam. Ordinário	Total
Principal	6.361	7.468	13.829	8.107	21.936
Juros	1.630	540	2.170	569	2.739
Multa	477	149	626	1.621	2.247
Valor líqu. incluído no REFIS	8.468	8.157	16.625	10.297	26.922
Atualização (SELIC)			303	54	357
Valor atualizado			16.928	10.351	27.279
Pag. para adesão ao REFIS			(3.374)	-	(3.374)
Pag. em espécie (30%)			(4.066)	-	(4.066)
Utiliz. de prej. fiscal e base neg. de contribuição social			(9.488)	-	(9.488)
Pagamento do parcelamento			-	(173)	(173)
Saldo a pagar em 31/12/14 (*)			**-**	**10.178**	**10.178**
Circulante					**(2.070)**
Não circulante					**8.108**

(*) Saldo a pagar registrado na rubrica de "obrigações fiscais e sociais".

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Administração financeira de risco: A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir: Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. Para contas a receber por vendas a Companhia possui provisão para devedores duvidosos, conforme divulgado na Nota 6. Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2014coma variação negativa de 13,39% (14,67% negativa em 2013). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia para operações em moedas estrangeiras:

	US$ mil	
	2014	2013
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	**2.671**	4.541
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos e euros	**(12.702)**	(13.707)
C. Superavit (Déficit) apurado (A+B)	**(10.031)**	(9.166)

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (e do patrimônio líquido da Companhia). Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Taxa	Alta do US$	2,66	3,33	3,99
Deficit apurado		(26.682)	(33.403)	(40.023)
Efeito no resultado			(6.721)	(13.341)
Taxa	Baixa do US$	2,66	2,00	1,33
Deficit apurado		(26.682)	(20.062)	(13.341)
Efeito no resultado			6.620	13.341

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. O passivo da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir

	2014	2013
Total do passivo	**300.678**	273.385
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	**(5.903)**	(22.402)
Dívida líquida (A)	**294.775**	250.983
Total do patrimônio líquido (B)	**420.003**	358.314
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A/B)	**0,70**	0,70

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Executiva objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional

	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	Total
Empréstimos	83.036	94.412	177.448
Fornecedores	49.197	-	49.197
	132.233	**94.412**	**226.645**

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não contratou operações com derivativos ou outros instrumentos de riscos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

19. Subvenções governamentais: Desenvolve: O governo do estado da Bahia, através da lei 7.980 de 12 de dezembro de 2001, instituiu o programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica do estado da Bahia - DESENVOLVE, o qual concedeu o diferimento do lançamento e pagamento do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), devido pela Companhia. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contra partida ao resultado, na rubrica deduções de vendas e impostos, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido. Em 2014 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R$37.402 (R$36.752 em 2013). Lucro da exploração: Em 18 de agosto de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo art. 8º, inciso XVII do Decreto nº 6.219, de 4 de outubro de 2007, aprovou o Laudo Constitutivo nº 0093/2009, concedendo o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no Lucro da Exploração, concedendo um prazo de vigência de 10 anos, com início no ano calendário de 2009, com término previsto para o ano calendário 2020. Os valores apurados a título de incentivo estão registrados por competência no resultado do exercício, e, posteriormente, destinados para a conta de reserva de lucros (reserva de incentivo fiscal) no patrimônio líquido. Em 2014 o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R$4.612 (R$10.130 em 2013). Crédito presumido de IPI: O Governo Federal, através da Lei 12.218/10 concedeu o crédito presumido do IPI para empresas instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do Brasil, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento destas regiões. O pré-requisito para enquadramento à possibilidade de apurar crédito presumido de IPI é a fabricação dos produtos determinados no §1º, Art. 1º da Lei 9.440/97, e a aplicação de no mínimo 10% do valor do benefício apurado, em investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica nas regiões. Este incentivo passou a ser aproveitado pela Companhia a partir do exercício de 2013, e os valores apurados são registrados na rubrica de IPI a recuperar em contra partida a resultado, na rubrica de outras receitas operacionais. Em 2014, o montante total relativo a este incentivo registrado no resultado do exercício foi de R$31.027 (R$33.003 em 2013).

20. Cobertura de seguros: A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes, pela Administração da Companhia, para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e de responsabilidade civil.

	Período de vigência		Limite
Risco	De	Até	Máximo
Incêndio e riscos diversos	01/08/2014	31/07/2015	220.000
Lucros cessantes	01/08/2014	31/07/2015	21.000

Diretoria Executiva

Arlindo Paludo
Presidente Executivo

Renan Batista Patricio Lima – Diretor Superintendente

Luci Carmen Begossi Soster – Diretora Administrativa Operacional

Área Contábil

Giovanna de Souza Barni
Gerente de Controladoria
CRC RS-062779/O-9 (CPF: 803.362.640-20)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da Borrachas Vipal Nordeste S.A. Feira de Santana-BA. Examinamos as demonstrações financeiras da Borrachas Vipal Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Borrachas Vipal Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 15 de maio de 2015.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Sandro Penelu

Cultura e Lazer

sandropenelu@gmail.com

Mais dicas culturais em: www.infcultural.blogspot.com

O Circo só de ler continua no Domingo tem Teatro

O espetáculo teatral “O Circo de Só Ler” prossegue deste domingo, dia 14, do projeto Domingo tem Teatro. O espetáculo estreia às 10h30min, no Teatro Universitário do Cuca. Os ingressos custam R$ 12,00 (meia promocional para todos) e começam a ser vendidos às 9h.

O nome do espetáculo é bem sugestivo. A leitura que o autor, professor e compositor Gerson Guimarães nos traz é que a escola é um verdadeiro “circo só de ler”, que abriga o momento encantado do aprender e gostar de ler. Os professores são os palhaços, seres que com muita alegria e ludicidade desenvolvem nas crianças o desejo de mais saber. São os malabaristas que buscam equilibrar as diferenças e as desigualdades com justiça e paciência. São os mágicos que apresentam um novo mundo e fazem surgir o maior instrumento de liberdade que as crianças podem ter: as asas da imaginação. Que reveladas pela leitura as fazem viajar por lugares mais distantes que seus pés poderiam trilhar.

Na CDL, “Cavaco e sua pulga adestrada”

O espetáculo “Cavaco e sua pulga adestrada” volta a ser apresentado em Feira de Santana, neste sábado, dia 13, no Teatro da CDL, às 16 horas. O espetáculo integra a programação do Circuito Cultural Belgo Bekaert. A peça, encenada pelo grupo pernambucano Caravana Tapioca, transporta o público para o universo clássico e imaginário do circo de pulgas. Maria, a pulga adestrada que chega de paraquedas, canta, faz música com panelas, cospe fogo, doma uma fera, entre outras habilidades nunca antes vistas. Cavaco, o excêntrico domador, faz a costura dos números com música ao vivo, malabarismo, magia e comicidade. Ao melhor estilo brincante do artista popular, é estabelecido um jogo de interação e improvisação com a plateia, que participa do espetáculo até o final, esperando a incrível pulga ser lançada do canhão para o espaço sideral.

A entrada é gratuita e as senhas de acesso serão distribuídas uma hora antes do espetáculo.

14º Arraiá do Comércio começa em Feira

Até o dia 17 de junho, o público pode prestigiar o 14º Arraiá do Comércio, promovido pelo Sesc, em parceria com a prefeitura e a Associação Comercial. O evento acontece na praça João Barbosa de Carvalho (a Praça do Fórum) e reúne diversos trios forrozeiros, quadrilhas e grupos culturais não só de Feira com também de outras cidades da região.

A programação terá atividades como artesanatos, bebidas e comidas típicas, dentre outras, com início às 12h e término às 22h.

Mostra de cinema acontece na Uefs

Até o dia 19 de junho, está acontecendo na Uefs a “4ª Mostra 100 anos de Cinema: retratos de um mundo político”. Durante a programação, clássicos do cinema marcados por questões políticas serão exibidos no Auditório da Biblioteca Central Julieta Carteado, sempre às 15h. Após cada sessão, haverá um debate acerca do filme exibido.

As próximas sessões estão programadas para os dias 12/06 (Ladrões de bicicleta), 16/06 (Hiroshima, meu amor) e 19/06 (Taxi Driver). Podem participar da mostra a comunidade acadêmica e externa. “O evento é aberto a todos e pretende aprofundar questões muito vivas em nosso presente político”, explicou a professora Bruna Torlay, do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, uma das organizadoras da Mostra.

O evento é uma promoção do Colegiado de Filosofia da Uefs e da Revista Sísifo.

SHOWS AO VIVO

SEXTA-FEIRA 12/06

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
***FORROZÃO BALANÇO NOVO, RONY NEY, FORRÓ PRIMAVERA, ADILSON E CIA. E CESCÉ**	Arraiá do Comércio	12	Praça do Fórum
CELLY NOBLAT	Quiosque dos Amigos	18	Praça Duque de Caxias
GUYMEO JUMONJI	Restaurante Nostrale	21	Capuchinhos
NUNO BAIA	Filozophia	21	Rua São Domingos
ALAN OLIVEIRA	Arpoador	22	Capuchinhos
ASA FILHO	Cidade da Cultura	21	Conjunto João Paulo
URI BECHEN	Quiosque do Mazinho	21	Praça de Alimentação
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova
JOSAS ALMEIDA	Paradinha Pastelaria	21	Rua São Domingos

SÁBADO 13/06

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
***CABOQUINHO E JOÃO RAMOS, OS PÉ QUENTES DO FORRÓ, QUIXABEIRA DA MATINHA, RAÍZES DO NORDESTE E CHEIRO DO ACORDEON**	Arraiá do Comércio	12	Praça do Fórum
GRUPO CHORINHO ENTRE AMIGOS	Bate Papo	12	Av. Maria Quitéria
***DANIEL VIEIRA, JOÃO ALMEIDA, GALEGUINHO E WILLIAN DE CASTRO**	Forró do Coió	14	Mansão 888
GRUPO AUDÁCIA PURA	Bar Novo Arte	17	Serraria Brasil
ELIOMAR SANTOS	Quiosque dos Amigos	18	Praça Duque de Caxias
GRUPO BALANEJOS E NENEM DO ACORDEON	Arraiá da Catedrá	21	Zilas Cerimonial
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova
SANDRO PENELÚ	Saigon Restaurante	21	Rua José Pereira de Mascarenhas – Próximo ao Cortiço
JOSAS ALMEIDA	Paradinha Pastelaria	21	Rua São Domingos
GENIVAN DE LEDA	Quiosque do Mazinho	21	Praça Gilson Pedreira – Av. Getúlio Vargas

Itamar Vian

Arcebispo Metropolitano

di.vianfs@ig.com.br

Luzes no Caminho

Namorar é preciso

Comemora-se, neste dia 12 de junho, o Dia dos Namorados. Casamento é um projeto a dois, construído com toda a paciência. Neste projeto, duas individualidades pretendem construir uma só. Tudo deve ser avaliado e previsto: onde morar, quantos filhos... É uma obra de arte, tendo em vista a fragilidade do ser humano.

TODA a vida do ser humano é permeada de relações afetivas e vínculos amorosos. Na infância, com os pais, familiares e amigos; na adolescência, com o desenvolvimento da sexualidade, surge uma aproximação afetiva diferente; é a fase do namoro. Para qualquer pessoa que é vocacionada ao matrimônio, o namoro significa uma etapa muito importante, e deve ser vivida com seriedade e serenidade.

O NAMORO é um estágio em que duas pessoas se atraem por algum motivo. Tanto pode prosseguir para um vínculo mais sério, como noivado-casamento, como pode chegar a um desvínculo. Qualquer que seja a opção será positiva, pois nada mais natural e saudável do que o término de um namoro que está trazendo mais tristeza que alegria. Para um casamento feliz é indispensável um tempo de namoro.

O TEMPO de namoro e de noivado é um tempo sagrado. É tempo de conhecer e deixar-se conhecer. É tempo de avaliar e deixar-se avaliar. Quando o namoro for responsável, a vida a dois será uma história de amor. Mais do que querer a pessoa certa, o candidato precisa ser a pessoa certa.

O INSUSPEITO jornalista Stephen Kanitz afirma: “o casamento é um momento de consagração de duas pessoas, de promessas que deverão ser lembradas e guardadas todo o dia e para sempre, não arquivadas numa fita magnética na última gaveta do armário. O altar não é um lugar para ficar posando para fotógrafos, mas para refletir o que cada um está prometendo ao outro. A lembrança deste momento deverá ficar registrada, na mente e no coração e não somente em fotografias e fitas magnéticas”.

O CASAMENTO é um projeto a dois. Os jovens, acima do projeto pessoal, adotam um projeto comum. É fazer de duas vidas uma só vida ou uma só carne, como afirma a Bíblia. Infelizmente, há muitos noivos que casam consigo mesmos. E quando a casa não resiste à tempestade, a ruína é grande, diz o Evangelho. Como é praticamente impossível remediar, é necessário, é inteligente, prevenir. Construir sobre a rocha exige tempo, paciência e preces a Deus.

Carcaças e carros abandonados serão recolhidos

Ferros velhos costumam espalhar carcaças pela rua, levando riscos à saúde coletiva

Carcaças abandonadas em vias públicas e veículos deixados nas ruas durante muito tempo e que apresentam características de abandono serão recolhidos ao pátio da SMTT (Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito), a partir da próxima segunda-feira, 15. A SMT oferece os telefones 3623-3580 e o Whatsapp 8110-4089, para que as autoridades sejam informadas onde o problema existe.

A execução do serviço ficará a cargo de uma força tarefa formada pela SMTT, SMT (Superintendência Municipal de Trânsito), SESP (Secretaria de Serviços Públicos), Secretaria de Saúde e Polícia Militar.

De acordo com o titular da SMTT, Ebenezer Tuy, há cerca de dois meses fiscais da SESP e da SMT notificaram donos das carcaças e veículos. "Um carro que há meses está sem os pneus nas vias públicas vai ser levado para o pátio", avisa.

As carcaças, principalmente, por acumular água das chuvas, podem ser usadas como incubadoras pelo mosquito aedes aegypti, que transmite além do vírus da dengue, a zika e a chikungunya. Agentes de endemias farão a borrifação com inseticida e aplicarão larvicida do que for recolhido.

O secretário diz que os donos das carcaças poderão ser multados pela SESP e os dos veículos, pela SMT.

TCM multa e encaminha ao MP denúncia contra Furão

O Tribunal de Contas dos Municípios determinou que seja encaminhada ao Ministério Público Estadual uma representação contra o prefeito de São Gonçalo dos Campos, Antônio Dessa Cardozo, o Furão, pela "contratação irregular de empresa para disponibilização de profissionais da área médica, objetivando preencher cargos públicos no Hospital Municipal, ao custo total de R$ 3.815.000,00, no exercício de 2014".

O relator do caso foi o conselheiro Mário Negromonte, que está sob investigação na operação Lava Jato, que apura denúncias de corrupção na Petrobrás. Negromonte aplicou multa ao prefeito no valor de R$ 30 mil e determinou a adoção de "medidas imediatas para a realização de concurso público". A sessão ocorreu na quarta-feira (10).

A relatoria, com base em parecer emitido pelo Ministério Público de Contas, afirmou que a administração municipal não realizou qualquer procedimento semelhante a um processo seletivo simplificado para a contratação dos profissionais, optando pela execução de pregão presencial, modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, que não se aplica no caso, o que para o TCM caracterizou "burla ao concurso público".

TRANQUILO

O prefeito Furão informou por meio da assessoria de imprensa que está tranqüilo em relação à denúncia do TCM, pois na verdade o gasto apontado não existiu. A despesa seria com uma cooperativa médica. Porém, dias depois da contratação, estourou uma denúncia contra a cooperativa no Fantástico e segundo a assessoria, o contrato foi desfeito no dia seguinte, sem que o município tenha tido qualquer gasto.

A decisão desfavorável do TCM teria ocorrido, de acordo com a prefeitura, pelo fato dos documentos apresentados pela defesa não terem sido apreciados no processo. Mas o prefeito vai recorrer da decisão.

Dom Itamar ficará em Feira após deixar comando da arquidiocese

JULIANA VITAL

Quando completar 75 anos de idade em 27 de agosto, o primeiro arcebispo da Região Metropolitana de Feira de SantAnna, Dom Itamar Vian, irá renunciar ao cargo pela lei canônica, que é a lei que rege a Igreja Católica. Apesar de ser gaúcho e manter forte ligação com seus familiares, o religioso afirma que permanecerá em Feira de Santana, onde pretende continuar trabalhando, como aconteceu com Dom Silvério, que foi bispo emérito de Feira durante 18 anos.Vou encaminhar a renúncia ao papa Francisco e normalmente a resposta demora uns 60 dias. Portanto eu deixarei o governo da arquidiocese de Feira de Santana provavelmente no mês de outubro. Continuarei, a convite de Dom Zanoni , arcebispo coadjuntor, trabalhando aqui em Feira de Santana e eu pretendo ajudar Dom Zanoni até quando Deus quiser, informa.

Além do convite recebido, Dom Itamar ressalta a sua forte ligação afetiva com a Bahia e principalmente com a cidade e o povo de Feira de Santana. Ele diz que tem três famílias: a biológica, a província dos Freis Capuchinhos no Rio Grande do Sul, onde viveu por aproximadamente 15 anos, e considera a Bahia como sua grande família. Já estou na Bahia há 31 anos. Destes trabalhei como bispo durante 11 anos na diocese da Barra na região do rio São Francisco e completei no último dia 28 de maio exatamente 20 anos de serviço em Feira de Santana. Aqui me sinto realmente em casa, percebo que o povo de Feira me acolheu como filho, e eu me sinto como alguém que realmente faz parte desta grande família que é a arquidiocese e o município de Feira de Santana.

JULIANA VITAL

O arcebispo tem fortes ligações com a terra natal, mas apegou-se à Bahia, onde está há três décadas

Ao refletir sobre todos estes anos de trabalho, Dom Itamar relembrou os lugares por onde passou. O povo da Bahia é profundamente acolhedor e entre o povo da Bahia eu destaco evidentemente este lugar onde trabalho há 20 anos, comenta. Além disso, Dom Itamar se considera um homem feliz que procurou viver bem a sua vida em lugares diferentes. Sou um homem feliz, sou um bispo feliz, por isso estou entregando o cargo com o coração cheio de alegria, e por isso gostaria até de repetir as palavras de São Paulo: procurei combater o bom combate.

Ele ressalta alguns feitos de sua passagem pelo comando da igreja católica no município. Procurei dedicar a minha vida sempre a serviço das pessoas e aqui em Feira, sem dúvida nenhuma, com a colaboração da comunidade, foi possível realizar e deixar algumas obras que estão a serviço deste povo. Por exemplo a faculdade de Teologia, de Filosofia e de Administração, três cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Uma grande alegria que enche meu coração é a Fazenda da Esperança onde estamos recuperando muitos jovens dependentes químicos. A batalha contra a privatização da Embasa, que conseguimos vencer em todo o estado da Bahia. Ultimamente esta luta de três anos para abrirmos um centro oncológico infantil em Feira de Santana. Estas obras todas, não construídas por mim, mas motivadas, fazem com que eu sinta que eu pude ser útil nesta cidade, avalia.

Dom Itamar destaca que as maiores dificuldades se relacionaram aos trabalhos sociais. Como exemplo ele destacou o Centro Social Monsenhor Jessé, onde são acolhidas por dia mais de 200 pessoas migrantes que passam por Feira, homens e mulheres que dormem na rua.

Uma ação pouco conhecida da igreja é a assistência a prostitutas, que visa dar a elas outro rumo na vida. Elas recebem acolhimento e cursos de corte e costura, arte culinária, manicure e pedicure. Essas mulheres recebem uma preparação profissional e aí deixam o inferno da prostituição e retornam ao paraíso da família e da comunidade, descreve.

Dom Itamar afirma que estes projetos nunca receberam um centavo dos governos municipal, estadual ou federal. Eu poderia citar 10, 15, 20 obras que acompanhamos e estamos desenvolvendo, principalmente na área social, mas sempre com a colaboração da comunidade. O povo de Feira de Santana é extremamente generoso e sensível a estas obras sociais, mas todas continuam vivendo com grandes dificuldades".

Ele demonstra já ter preferência na área de atuação para quando entregar o cargo. Vai procurar dedicar a sua vida aos cuidados com os doentes. Doentes nos hospitais e nas residências. Além disso, pretende continuar praticando uma de suas aptidões, que é escrever . Gostaria de passar o maior tempo possível visitando pessoas idosas que vivem na solidão, visitando doentes, seja nas famílias e também de um modo particular nos hospitais e centro de saúde. Outro compromisso que gostaria de continuar é escrever livros. Já publiquei 26 livros, gosto de escrever".

E foi escrevendo que ele também fez parte da Tribuna Feirense, que publica suas crônicas semanais. "Eu aproveito muito para agradecer ao jornal Tribuna Feirense, primeiramente ao Valdomiro Silva (fundador e editor do jornal até o final de 2011) e agora ao doutor Cesar Oliveira e a toda equipe, pois eu faço parte desta família desde o nascimento deste jornal. São mais de 15 anos e nunca deixei de escrever a crônica durante uma única semana. A Tribuna está em meu coração, comenta.

TRIBUNA FEIRENSE
Compromisso com a verdade

Fundado em 10.04.1999
www.tribunafeirense.com.br / redacao@tribunafeirense.com.br
Fundadores: Valdomiro Silva - Batista Cruz - Denivaldo Santos - Gildarte Ramos

Editor - Glauco Wanderley
Diretor - César Oliveira
Editoração eletrônica - Maria da Piedade dos Santos

OS TEXTOS ASSINADOS NESTE JORNAL SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.

Rua Quintino Bocaiuva - 701 - Ponto Central - CEP 44075-002 - Feira de Santana - PABX (75)3225.7500/3021.6789

Enézio de Deus

Vamos à parada? Não, muito obrigado!

Nunca me senti representado pelas chamadas "Paradas LGBTTT" (ou qualquer outro nome que já tiveram ou lhe sejam dadas) no Brasil.

Ao contrário de um caráter cívico-político maduro ou de ativismo realmente organizado para exigir respeito aos direitos ("nada menos; nada mais"), a exemplo de muitas que ocorrem em outros países, a forma "carnavalesca", desnecessariamente exagerada como elas são estruturadas e têm se apresentado nos diversos rincões do nosso país somente me envergonham.

Na época das edições do meu primeiro livro jurídico e quando membro da Comissão da Diversidade da OAB/BA (até quando pensei que essa também me representava; felizmente, pedi para sair), compareci, rapidamente, ou acompanhei, sobre trios, partes de pontuais edições de paradas em Salvador e em Feira de Santana, tendo-se em vista homenagem que nos prestaram pela nossa defesa do direito de adoção por casais homossexuais realmente estáveis e da pretérita atuação da incipiente composição da referida comissão da OAB.

Salvo motivo institucional ou de grande relevância diversa, nem eu nem meu companheiro comparecemos (ele já comungava da mesma posição antes de nos relacionarmos), porque, apesar da importância de tais oportunidades de visibilidade e de militância sólida, as/os LGBTTTs sensatas/os não negam que a maioria se mobiliza mesmo para a "festa" (para a dança, a "aparição", os flertes, paqueras, para o sexo - quanto mais ilimitado, melhor/melhor mesmo? -, para os flashes, etc) e, por ela, pela festa, para conhecerem "pessoas novas", para viajarem país afora, movem "céus e terra" - alguns/mas que conheço, mesmo sem poderem financeiramente; mas se "endividam ou dividem" nos cartões, se for o caso.

Os eventos que se propõem sérios, que quase sempre precedem ou integram as paradas, como seminários acadêmicos, atos políticos públicos, dentre outros, não tem mais que ínfima parte dos/as milhões (muitas/os aparentemente "ensandecidos/as") percorrendo, com seu baixíssimo senso crítico ou de conhecimento sobre sua própria realidade (com exceções, é lógico, porque há gente sensata/séria que ainda vai, com suas razões ou interesses), as ruas, ao som de trios elétricos. Encontros para debates centrados/fundamentados/científicos em torno dos direitos? Estão bem ou incomparavelmente vazios. Discussões sérias nas redes? Poucos/as delas participam, por desconhecimento mesmo da realidade que as/os circunda em termos de ranços e avanços político-científico-institucionais na tão interessante e complexa seara LGBTTT.

Os vistos como conservadores e homofóbicos continuarão falando e bradando - em alguns pontos - com certa razão? Lógico! Não é querendo que a sociedade "engula" imagens ridículas a todo custo, que essa o fará ou respeitará/admirará as diversidades sexuais e de (trans)generidade humanas. Apesar da procedência/relevância da nossa luta pública em prol de tal respeito às diversidades (luta da qual não desistiremos nem abriremos mão - haja vista as nossas palestras, participações na mídia, pesquisas, livros e outras publicações), justamente como pessoa centrada e como pesquisador não "afetado" pelos desvarios de alguns/mas militantes, prosseguiremos esclarecendo - a tantos/as quantos/as for necessário - que estes eventos, no geral, NÃO me representam (à exceção de atividades realmente científicas, políticas e/ou outras sérias que os precedam), assim como, tenho certeza - porque ouço de incontáveis outras/os LGBTTTs o mesmo - não representam grande sem número de homossexuais e transgêneras/os.

Nenhuma posição é absoluta, porque o bom senso comporta/identifica sempre contrapontos e exceções. Mas, no geral, é isto. Por exemplo: será que alguma lésbica ou gay cristã/ão, em mínima "sã consciência" e harmonizada/o com a sua livre fé, sentiu-se bem ao ver representações absurdas, de baixíssimo nível, relacionadas ao nosso Amado Mestre Jesus? Não. Pelo contrário, sentiram-se ofendidos num evento que diz estimular o "respeito à diversidade". Será mesmo que as paradas têm conseguido tal respeito ou, na verdade, têm gerado mais efeitos contrários? Para que elas têm servido mesmo, afinal? Se se cogitasse uma representação religiosa deturpada e ofensiva à base/fé de matriz africana, ao Candomblé mais especificamente, que desconfigurasse o que tal matriz ensina, duvido que tal fosse inserido nas paradas, porque também virou, de há muito, uma espécie de "tendência ou moda", no meio LGBTTT, dizer-se do Candomblé, da Umbanda ou ser "sincrético" (porque, afinal, a "diva" artista - cantora em especial tal e qual - o é assumidamente há anos, canta sua fé tão bela, assume, fala e, então, também seremos ou nos daremos a oportunidade de também sermos ou dizermos que somos/admiramos o Candomblé!).

De outro lado, por conta de haver certo número de cristãos radicais ou fundamentalistas (que também jamais nos representam; a maioria evangélica), assumir-se, harmoniosamente, lésbica, gay ou travesti e cristã/cristão, atualmente, passou a ser alvo de preconceitos vindos de tantos/as próprios/as outros/as gays, lésbicas e transgêneras/os ou militantes. Se o discurso é em prol do respeito à diversidade, por que não testemunhá-lo realmente?

Concluo pelo incontestável: na histórica/complexa rede de absurdos desrespeitos a LGBTTTs, infelizmente, muitas/os deles/as - pelo que temos comprovado -, são bem menos vítimas e mais (lamentável!) colaboradoras ou provocadores daquilo que "dizem/dançam" combater.

Costumo repetir, aos/às mais próximos/as, que o gay pode ter os bens materiais mais "invejados"; honoríficos ou acadêmicos títulos admiráveis do mundo: mas, assim como qualquer outra/o cidadão/ã, se não entender o seu papel e postura no mundo do respeito que tanto exige, dando o primeiro exemplo, JAMAIS será respeitado. Se o for, se-lo-á mais por hipocrisia/interesses outros alheios, do que, de fato, pela sua missão no mundo. Quem tem senso crítico/transformador/educacional da realidade e é um pesquisador, por exemplo, não pode desconsiderar tais aspectos igualmente visíveis, embora lamentáveis, na necessária marcha da luta humana contra o preconceito.

Não me orgulho da minha orientação sexual, nem o faria se fosse/estivesse no rótulo "hétero": ela é um fato tão medíocre (no sentido de trivial da vida), como eu me manter ou não com barba, por exemplo. Jamais me envergonhei de tudo que me compõe, mas cada parte é, igualmente, uma dentre tantas outras. Estar harmonizado e livre com os próprios desejos e com as escolhas na forma de experienciá-los é bom? Sim, é maravilhoso! - tão maravilhoso quanto eu escrever este ensaio (como diz um militante: "nem menos, nem mais" rsss).

Algo, porém, orgulha-me, sinceramente, no melhor sentido: ainda enfrentando alguns reveses, eu me manter honesto/íntegro num mar de tantas corrupções/"jeitinhos", de todos os tamanhos, que nos cercam lado a lado. Orgulha-me, também, a minha livre/serena opção pela proposta ética de Jesus e ser, também assumidamente, um cristão neste mundo de calamidades. Tais posturas/traços são nobilíssimas/os para mim, porque só almas fortes combatem, com ternura, humanismo, dignidade e respeito, estes difíceis "bons combates". Muitas outras almas, que se dizem "defensoras disto, daquilo ou combatentes", estão bem mais combalidas, em verdade, ou, no mínimo, sobremaneira desarmonizadas - ávidas por câmeras e flashes, por exemplo, para, "em nome da defesa", sentirem-se "importantes", bajuladas ou úteis no "mundo midiático" ao qual amam com especial ardor; com muito mais problemas do que maior parte de vocês, leitores/as, às/os quais agradeço a oportunidade das reflexões, aqui por mim/por nós tomadas com a maior seriedade.

Doutorando e Mestre em Família pela Universidade Católica do Salvador; Advogado e servidor público efetivo do Estado da Bahia. Contato: eneziodedeus@gmail.com

DECRETO Nº 9.618, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Altera a alínea "h", do inciso I – Titulares, do art. 1°, do Decreto n° 9.477, de 29 de janeiro de 2015, que constitui e nomeia membros da Comissão Especial de Licitação.

O Prefeito Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1°, do Decreto n° 9.477 de 29 de janeiro de 2015, alínea "h", inciso I – Titulares, passa a viger com a seguinte disposição:

I – TITULARES:

a) ....
b) ....
c) ....
d) ....
e) ....
f) ....
g) ....
h) José Aristóteles Rios Nery;
i) ....
j) ....
k) ....

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2015.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO COSTA BORGES
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CLEUDSON SANTOS ALMEIDA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

JOÃO MARINHO GOMES JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 9.619, DE 11 DE JUNHO DE 2015.

Constitui e nomeia membros da Comissão Especial de Licitação para os Certames Licitatórios do Conselho Gestor do Programa Municipal de PPP's; do Gerenciamento de Obras do Projeto de Mobilidade Urbana – BRT; da Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana; da Zona Azul e PDDM – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Especial de Licitação para os Certames Licitatórios do Conselho Gestor do Programa Municipal de PPP's; do Gerenciamento de Obras do Projeto de Mobilidade Urbana – BRT; da Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana; da Zona Azul e PDDM – Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, composta pelos seguintes membros:

I – TITULARES:
a) Adriana Estela Barbosa Assis;
b) Josilene da Silva Araújo;
c) Sara Galvão da Silva Portugal;
d) Osmário de Jesus Oliveira;
e) Oneide Silva Argolo;
f) Albetania Alvim de Figueiredo;
g) Osvaldo Coelho Torres Neto;
h) Carlos Rodolfo Suzarte Ferreira;
i) José Braga Neto;
j) Luciana Lima Flores Nascimento;
k) Cheilliane Ferreira de Paiva;
l) Andréa Amaral de Souza.

II – SUPLENTES:
a) Diego de Oliveira Silva Azevedo;
b) Marilândia da Luz Maia;
c) Nilda Silva Muniz Sousa;
d) Antonio Cezar Martins Aguiar;
e) Fernanda Beatriz Alécio de Oliveira Rodrigues;
f) Kátia Suely Almeida Farias Cedraz;
g) Sissi Sayonara Oliveira da Natividade;
h) Adelmo Oliveira Amorim.

Parágrafo único – A Presidência da Comissão será exercida pela servidora ADRIANA ESTELA BARBOSA ASSIS, e nas suas ausências ou impedimentos pelos membros titulares subsequentemente nomeados na ordem do inciso I deste artigo.

Art. 2º - A Comissão criada neste Decreto será extinta após o término dos processos licitatórios mencionados no artigo antecedente.

Art. 3º - A Comissão ora criada, caso entenda necessário, poderá solicitar diligências técnicas de quaisquer outros órgãos municipais.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2015.

JOSÉ RONALDO DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIO COSTA BORGES
CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CLEUDSON SANTOS ALMEIDA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

JOÃO MARINHO GOMES JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

"Precisamos formar médicos maximamente eficientes e minimamente invasivos à integridade física, econômica e afetiva do paciente"

Professor César Oliveira

30% das vagas de professor são reservadas para candidatos negros

A Secretaria da Educação do Estado abriu ontem (11) as inscrições para o processo seletivo de 6.145 professores da rede estadual, com reserva de 30% das vagas para a população negra. "Esta é a primeira seleção para profissionais da educação com reserva de cotas, conforme estabelece a Lei Estadual 13.182/14, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa", informa o secretário da Educação, Osvaldo Barreto.

As inscrições do processo seletivo para professor, pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), ficam abertas até o dia 26 de junho e devem ser feitas no site da Consultec. Das 6.145 mil vagas oferecidas em todo o estado, 4.616 são destinadas aos profissionais da Educação Básica, 1.282 aos da Educação Profissional e 247 aos da Educação Indígena.

As provas estão programadas para 26 de julho e vão ser aplicadas nas sedes dos Núcleos Regionais de Educação (NREs). O processo seletivo é composto por três etapas - questões objetivas, subjetivas e prova de títulos.

Mais de 1.600 processados por corrupção em um ano

A atuação do Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) no Combate à Corrupção - tema da campanha CORRUPÇÃONÃO, lançada em maio último - resultou em 1.653 processos que correm atualmente na Justiça Federal.

São ações por improbidade administrativa e penais propostas pelo MPF/BA, incluindo as 12 unidades no interior, que contribui com o maior número de casos. Requerem a condenação cível e criminal de gestores públicos, ex-gestores, e de particulares, que causaram prejuízo ao erário.

Dos 1.653 autos judiciais ativos, 515 são relativos à atuação do MPF na capital e 1.138 no interior. Contabilizando-se apenas as ações penais já acatadas pela Justiça, somam-se 166 denúncias em Salvador e 362 no interior.

Fraudes em licitações, desvio ou má aplicação de verbas públicas federais, omissão ou ausência de prestação de contas estão entre as principais irregularidades que levam o órgão a requerer as condenações.

Quase 60 mil receberão restituição na Bahia

A Receita Federal liberou a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2015. Na Bahia, 59.085 mil contribuintes foram contemplados no primeiro momento, totalizando R$ 97 milhões em restituição. O valor será creditado nas contas bancárias segunda-feira (15).

Para saber se a declaração foi liberada, o contribuinte deve acessar o site da Receita Federal http://www.receita.fazenda.gov.br. Também é possível fazer a consulta através do telefone 146 ou pelo aplicativo "Receita Federal - Pessoa Física" para smartphone ou tablet, disponível no Google Play e Apple Store.

Outros seis lotes ainda serão liberados nos próximos seis meses. Os pagamentos serão realizados sempre na metade de cada mês.

Estacionamento será R$ 2,00 por hora na Zona Azul

O valor de R$ 2,00 por hora foi fixado pela prefeitura, no decreto publicado no fim de semana passado, que estabeleceu critérios para implantação do sistema de estacionamento rotativo, ou Zona Azul.

A regulamentação definiu o horário de cobrança de segunda a sexta, das 7h30 às 18h30 e aos sábados das 7h30 às 13h30. O tempo máximo de ocupação da vaga será de duas horas.

A licitação que vai definir a empresa para administrar a Zona Azul está marcada para o dia 7 de julho. O sistema vai funcionar em 38 ruas do centro da cidade.

As vagas destinadas a carga e descarga não serão utlizadas na Zona Azul.

O decreto estabelece que nem a prefeitura nem a empresa concessionária serão responsáveis pela segurança dos veículos estacionados, não cabendo indenização em caso de roubo, furto ou qualquer outro dano, como arrombamentos ou amassados.

Quem mora na região e não tem estacionamento na residência deverá comprovar residência por meio do comprovante do IPTU quitado, para ter direito a usar a vaga na rua sem pagar.